O FLUMINENSE

141 anos O FLUMINENSE Informação aqui faz história

DESDE 1878
Niterói, domingo, 15, e segunda-feira, 16 de março de 2020

@ofluminense @O_Fluminense @ofluonline 21 99616-2307

ANO 142 | Nº 41.995 | R$ 2,70
www.ofluminense.com.br

DESPEDIDA DO VERÃO

Praias lotadas apesar do novo coronavírus

O lazer falou mais alto do que a prudência. Em Niterói, eventos culturais são suspensos por 15 dias

Tomaz Silva / Agência Brasil

Milhares de banhistas aproveitaram o belo sábado de sol forte para se refrescar nas praias do Rio, no primeiro dia de medidas contra o coronavírus no Estado do Rio de Janeiro. Praias de Niterói também tiveram boa movimentação

CIDADES\PÁG. 13

Anuncie
Central de Vendas
(21) 2621-9955
comercial@ofluminense.com.br

Marcelo Feitosa

Rosane Costa, artesã que participa da Feira do Campo de São Bento, está preocupada com impacto das medidas contra o coronavírus

Artesãos de Icaraí temem prejuízos

Participantes da Feira de Artesanato do Campo de São Bento temem fechamento do espaço a partir deste domingo.

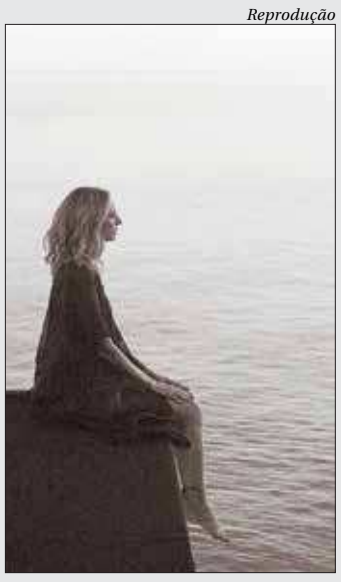
CIDADES\PÁG. 13

Gustavo Bebbiano morre aos 56 anos

CIDADES\PÁG. 13

CULTURA

Reprodução



Artista faz uma ode à emoção e propõe um convite a reflexões

Letrux lança novo álbum

Mais emotiva do que nunca, a cantora e compositora Letícia Novaes lança mês que vem seu segundo álbum, "Letrux Aos Prantos", prometendo explosão de sentimentos.

PÁG.15

ESPORTES

Vitor Silva/ Botafogo

Honda é uma das principais apostas do Botafogo

Japonês vai para o jogo no Engenhão

PÁG. 16

Divulgação

Um domingo diferente, com futebol e sem torcida no Estádio Mário Filho

Domingo de clássico no Maracanã

Em partida válida pela terceira rodada da Taça Rio, Vasco e Fluminense medem forças, às 18h, deste domingo, em jogo que será realizado com portões fechados, por conta da pandemia de coronavírus. Para o Tricolor a partida vale a tranquilidade na zona de classificação no Grupo B; já o Gigante da Colina busca a primeira vitória no torneio, depois de dois empates.

PÁG. 16

Panorama RJ

POR LUCAS SCHUENCK

panorama@ofluminense.com.br

lucas.schuenck@ofluminense.com.br

Pericar esclarece

O deputado federal licenciado Ricardo Pericar (PSL-RJ), de São Gonçalo, em resposta à matéria publicada em O FLUMINENSE no último dia 22, afirma que não mentiu em postagem, feita em seu perfil em uma rede social, sobre uma delação premiada homologada no Supremo Tribunal Federal (STF) que cita o ex-deputado federal Dejorge Patrício. Pericar foi condenado na Justiça por sua postagem, mas não pelo crime de calúnia. No entendimento da Justiça, a condenação aconteceu por Pericar ter ferido a imagem de Dejorge nas redes sociais. Ricardo Pericar foi condenado a pagar R$ 10 mil a título de indenização por danos morais, corrigida monetariamente a partir da sentença.

Curso para gravidez

A porta de um mundo novo se abre quando a mulher fica grávida. Pensando nisso, as enfermeira Daniele Pimenta e Tainá Souza, da Bem Nascer Gestantes, farão um workshop no próximo dia 29, em Icaraí. O curso conta com orientações sobre amamentação e primeiros cuidados com o bebê e dura cerca de quatro horas. Mais informações podem ser obtidas por meio do número (21) 97174-7678.

Precaução

A Câmara Municipal de São Gonçalo também adotou, na última semana, medidas para mitigar os riscos do coronavírus. Semelhante à Alerj e ao TJ-RJ, somente terão acesso às dependências da Casa parlamentares, servidores, estagiários, membros da imprensa, assessores e órgãos públicos.

HackNit 2020 no Caminho Niemeyer

Vitor Pastana/Divulgação

A edição 2020 da maratona tecnológica HackNit acontecerá entre os dias 21 e 23 agosto, no Caminho Niemeyer

A edição 2020 do HackNit, maratona tecnológica para desenvolver soluções para problemas específicos da Prefeitura de Niterói, acontecerá entre os dias 21 e 23 de agosto, no Caminho Niemeyer. Até a próxima segunda-feira (16), estará aberta a consulta pública para a escolha de três áreas que poderão ser abordadas nos desafios. Para participar da consulta pública, basta acessar o link https://consultas.colab.re/hacknit2020.

Os desafios da maratona hackaton são baseados nas áreas do "Niterói Que Queremos" (NQQ), que é o planejamento estratégico de desenvolvimento a longo prazo (até 2033) para o município, dividido em sete eixos: Niterói Organizada e Segura, Niterói Saudável, Niterói Escolarizada e Inovadora, Niterói Próspera e Dinâmica, Niterói Vibrante e Atraente, Niterói Inclusiva e Niterói Eficiente e Comprometida. Os três mais votados serão os selecionados.

O secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (Seplag), Axel Grael, ressalta que, com mais uma edição do HackNit, a Prefeitura de Niterói avança para construir uma gestão cada vez mais moderna e atualizada. Ele enfatiza, ainda, que o evento também estimula startups de profissionais da área de TI, que estão em formação ou já no mercado de trabalho, para que promovam e desenvolvam seus softwares e suas habilidades no município.

"Niterói já é reconhecida como uma das cidades inteligentes do País. O Município tem grande vocação universitária e no HackNit são discutidos temas muito atuais. O objetivo é estimular e promover desdobramentos que possam ser aplicados com eficiência, e que rendam frutos bastante positivos não só para os participantes como para toda a cidade", afirma Axel Grael.

O HackNit é coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (Seplag). A primeira edição aconteceu em 2018. No ano passado, 26 grupos se inscreveram para participar da primeira etapa e 10 equipes foram escolhidas para desenvolver seus projetos e apresentarem aos jurados. O projeto vencedor foi o "BikeNit", um sistema de sensores que utiliza a tecnologia de crowdsensing para coletar dados de ciclistas e oferecer informações relevantes à Prefeitura.

O primeiro aplicativo desenvolvido no Hacknit a ser apresentado à população foi o Dona Zélia, chatbot voltado para vacinação, que permite que a população tire dúvidas sobre vacinas nos postos da cidade. O projeto foi uma parceria entre a Seplag, a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a equipe da empresa Remedin. O lançamento aconteceu em fevereiro.

Divulgação da lista de espera do SUS

Thiago Lontra/Alerj

O Poder Executivo pode ser obrigado a publicar na internet a lista de espera para procedimentos médicos feitos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), como cirurgias, consultas com especialistas e exames de alto custo. É o que propõe o projeto de lei 844/15, do deputado estadual Márcio Canella (foto), do MDB, e do ex-deputado Waguinho, que foi aprovado, em segunda discussão, pela Alerj na última semana. O texto segue para apreciação do governador Wilson Witzel.

Segurança Presente em Queimados

Felipe Bragança/Divulgação

De acordo com o Índice de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), o primeiro mês de 2020, em Queimados, apresentou uma queda de 75% nos casos de homicídio doloso em comparação ao mesmo período do ano passado. A diferença, entre os dois anos, é o Programa Segurança Presente, que começou a atuar na cidade em 6 de janeiro, composto por agentes do 23º BPM e do Proeis. Outros indicadores também apresentaram quedas, como os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais, que caíram 75%.

Finanças dos municípios

As reformas Administrativa, Previdenciária e Tributária estiveram em discussão na última quarta (11), segundo dia da reunião do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazendas e Finanças, presidido pela secretária de Fazenda de Niterói, Giovanna Victer. Após conseguir aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, o governo vem buscando holofotes para as reformas Administrativas e Tributária, com propostas de redução no custo do funcionalismo público e novas regras sobre impostos, respectivamente. Um desses regramentos está na PEC 45/19, idealizada pelo economista Bernard Appy.

Preocupação

Na reunião, Appy voltou a defender um único Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de base ampla. isso significa a inclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS), principal arrecadação municipal, nessa cesta compartilhada. A secretária Giovanna Victer reconheceu a importância da proposta, porém demonstrou preocupação com o enfraquecimento da autonomia dos municípios como uma das consequências dessa fusão de impostos. Como alternativa, ela sugeriu a simplificação dos tributos existentes, entre eles a reformulação do ISS com tributação no destino. "Dessa forma, afetaria positivamente todos os municípios do país", disse.

Niteroiense troca de partido

O vereador niteroiense Bruno Lessa assinou, na última semana, sua filiação ao partido Democratas. Depois de quase 14 anos integrando os quadros do PSDB, Lessa aceitou o convite do DEM para integrar o quadro do partido, que ainda não ocupa cargos eletivos na Cidade Sorriso.

CARTA DO LEITOR

Embarcações superlotadas

Estamos vivendo dias de alerta a uma pandemia do novo coronavírus e a CCR Barcas não se preocupa em com seus barcos cheios, deixando toda a população em risco.

Michelle Menegardo

Insatisfação

A Autopista Fluminense fechou a saída de vários trechos da BR 101, na altura do bairro Caluge, em Itaboraí. A decisão tem causado grandes transtornos para os moradores locais desde então. Para acessar ao Condomínio Nova Itaboraí e o Parque Palmeiras, os motoristas precisam acessar uma rua improvisada em péssimas condições com falta de iluminação e esburacada, trazendo insegurança.

Carollina Macedo

O FLUMINENSE reserva-se o direito de não publicar correspondências que contrariem sua linha editorial, de agradecimentos ou elogios, assim como, devido às limitações de espaço, fará cortes e uma seleção das cartas recebidas. Os originais não serão devolvidos.

EXPEDIENTE

OFLUMINENSE

Fundado em 08/05/1878

Edição de domingo e segunda-feira

Propriedade da Editora Jornalística Alberto Ltda

Rua Visconde de Itaboraí, 184 – 7º andar – Centro – Niterói – RJ | CEP 24035-900

Telefone PABX: (21) 2125-3000 Fax: (21) 2125-3052 | 2125-3053

Presidente: **LINDOMAR A. LIMA**

Diretora de Jornalismo Multimídia: **LILIANE SOUZELLA**

Editora Executiva: **SANDRA DUARTE**

Telefones

Administração.....2125-3096
Arquivo.....2125-3066
Atendimento aos assinantes.....2125-3015/2620-3311
Circulação.....2125-3014
Classificados.....2621-9955
Comercial.....2125-3041
Financeiro.....2125-3023
Redação.....2622-1360
Reportagem.....2125-3064

Comercial
comercial@ofluminense.com.br
publicidade@ofluminense.com.br

Agência de Classificados
NITERÓI (Centro)
Rua da Conceição, 188, loja 118, Niterói Shopping

Preços dos exemplares de vendas avulsas
Estado do Rio de Janeiro **Dia útil:** R$ 1,50 **Domingo:** R$ 2,70
Números atrasados **Dia útil:** R$ 4,50 **Domingo:** R$ 8,10

Agências noticiosas: Agência Brasil / Gazeta Press

FILIADO A ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

Assinatura digital R$ 12,50 /mês. (assinaturas.ofluminense.com.br)

CALENDÁRIO DE EVENTOS

'Música na Feira' em Resende recebe chorinho

Grupo Nó nas Cordas dita o ritmo a partir das 10h, na Feira Livre da Beira Rio

Divulgação/Carina Rocha

Neste domingo, Resende recebe mais uma edição do 'Música na Feira'

Neste domingo (15), Resende recebe mais uma edição do projeto "Música na Feira" com diversas atrações gratuitas. Nesta segunda edição, a programação tem o ritmo do chorinho com o grupo Nó nas Cordas.

O show do grupo Nó nas Cordas será a partir das 10h e terá também a participação da cantora Mariana Gomes. O público que estiver na Feira Livre da Beira Rio e no deck, próximo à Ponte Velha poderá se divertir com os sucessos do chorinho, gênero musical que mistura diversos instrumentos como bandolim, cavaquinho e pandeiro.

O "Música na Feira", que se tornou tradicional no município, é realizado através da parceria entre a Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda e a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. O projeto acontece sempre aos domingos e busca promover a cultura, valorizando os artistas regionais, além de estimular a economia do município.■

PROGRAMAÇÃO

15 de março - Nada Combinado - Rio das Ostras
16 de março - Petrópolis Sommer Festival
17 de março - Bike Night - Maricá
18 de março - Projeto Violadas com Marcos Rosa - Nova Friburgo
20 de março - Banda de Jazz - Rio das Ostras
21 de março - Carrossel de Emoções - Rio das Ostras
22 de março - Tropicalinha - Rio das Ostras
22 de março - Baile dos Sonecas - Nova Friburgo
25 de março - Parahyba Jazz - Nova Friburgo
27 de março - Recital Lucas Benjamin - Nova Friburgo
27 a 29 de março - Festival de Cervejas Artesanais - Nova Friburgo
30 de março a 4 de abril - 2ª Bienal da UMES - Maricá

Itaipava comemora

O Parque Municipal de Itaipava recebe neste domingo (15), das 9h às 18h, cantores da música católica para celebrar os 30 anos da Comunidade Católica Jesus Menino. Na programação estão Thiago Brado, Ghislaine Cantine, Italo Villar, banda Anjos de Resgate, Totô da banda Expresso HG, entre outros. Marcos León e Guto Brinholi, também produtor do documentário Human Life, serão atrações internacionais no evento.■

Oficinas gratuitas

Ao longo do mês de março, o Centro de Educação Ambiental de Rio das Ostras (Cedro) vai oferecer diversas oficinas gratuitas. Nesta terça-feira (17), acontecerá a Oficina de Garrafas Decorativas, das 9h às 12h30; na quarta, das 9h às 11h30, a Oficina de Caldas e Compostos Orgânicos. A programação completa pode ser conferida no site da Prefeitura de Rio das Ostras.■

Lixo suja a Baía de Guanabara

Dos 10 itens que mais poluem os manguezais, 83% são compostos por resíduos plásticos, aponta ONG

Um estudo do Projeto Uçá — iniciativa da ONG Guardiões do Mar, com o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental —, constatou que dos 10 itens que mais poluem os manguezais da Baía de Guanabara, 83% são compostos por resíduos plásticos. Os dados foram obtidos ao longo de cinco anos da Operação LimpaOca, uma ação de limpeza que engaja pescadores e catadores na retirada de resíduos durante o período de defeso do caranguejo-uçá, na Estação Ecológica da Guanabara.

Realizada de novembro de 2019 a janeiro deste ano, a última edição da Operação LimpaOca retirou mais de 10 toneladas de resíduos sólidos em 10 hectares de manguezais da Baía de Guanabara. Ao todo, durante cinco anos de trabalho, foram coletadas 33 toneladas de resíduos e 15 hectares foram limpos. Reeditada em 2014, a Operação LimpaOca é uma ação inédita criada em 2001 pelos Guardiões do Mar. Ela também garante renda extra aos povos tradicionais durante o período de defeso do caranguejo-uçá, quando é proibido coletá-lo. Os trabalhadores engajados na atividade recebem uma bolsa-auxílio para coletar os resíduos durante duas manhãs semanais, além de palestras de educação ambiental sobre o ambiente costeiro.

"Dirimir o impacto do consumo e descarte inconscientes de resíduos nos manguezais é apenas um dos diversos objetivos da Operação LimpaOca. Pretendemos ir muito além da simples coleta de lixo no ecossistema. Com a ação, os pescadores e catadores não ficam sem rendimentos no período de defeso e, ao final da atividade, deixamos um ecossistema mais seguro para eles (menor risco de acidentes com materiais cortantes e/ou contaminantes)", explica o presidente da ONG Guardiões do Mar e coordenador nacional do Projeto UÇÁ, Pedro Belga.

"Com a retirada do lixo, há também espaço para a instalação de novas tocas (já que é época de reprodução), aumentando a população de crustáceos. E ainda há espaços livres para que as mudas se instalem, favorecendo o crescimento de novas árvores, contribuindo dessa forma para a diversidade ecológica do manguezal. Prestamos um serviço ecossistêmico e geração alternativa de renda. De quebra, mobilizamos povos tradicionais para se tornarem agentes ambientais", completa Belga.

Divulgação

Projeto Uçá retira lixo da Baía de Guanabara com a ajuda de catadores de caranguejo no período de defeso

Divulgação

Última edição da Operação LimpaOca retirou mais de 10 toneladas de resíduos

TOP 10 DE ITENS

1. Garrafas PET (35.605)
2. Sacolas de plásticas (34.451)
3. Isopor (33.800)
4. Potes plásticos (27.838)
5. Plásticos - geral (27.457)
6. Calçados / sapatos (8.654)
7. Sandálias de tira - tipo Havaiana (6.739)
8. Potes e recipientes de vidro (4.701)
9. Madeira trabalhada / madeira (2.983)
10. Tecido / couro - em geral, pedaços ou restos de confecções (2.608)

Após desenterrar o lixo da lama, os participantes o transportam de barco até a sede do Núcleo de Gestão Integrada da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e Estação Ecológica da Guanabara (NGI – APA/ESEC - ICMBio), nos manguezais do Recôncavo da Guanabara, na Baixada Fluminense. Lá, é feita a triagem, pesagem e a avaliação da origem dos resíduos, permitindo identificar também possíveis principais poluidores.

A Operação foi considerada referência nacional pela Plataforma EduCares do Ministério do Meio Ambiente, em 2014. Nesta edição, a ação, seguindo os preceitos do Projeto UÇÁ de inclusão social, contou também com a participação de um pescador cadeirante.

O Projeto UÇÁ – Com o patrocínio da Petrobras – o Projeto UÇÁ já reflorestou em quatro anos mais de 182 mil metros quadrados de manguezais, ultrapassando a marca de 61.000 árvores plantadas. Além de ser objeto de artigos, trabalhos de conclusão de curso e quatro dissertações de mestrado. Neste biênio 2018-2020, ele atua na melhoria da qualidade ambiental em 10 municípios da região da bacia contribuinte da Baía de Guanabara. São feitas ações de manutenção e monitoramento de manguezais, educação ambiental e produção de conhecimento científico de forma sustentável, priorizando os pescadores e catadores de caranguejo. O objetivo é contribuir para o conceito de "Lixo zero" e as práticas corretas de descarte de resíduos sólidos na Baía.■

Reforço na limpeza de Niterói

Clin recebe 49 novos equipamentos e se destaca na implantação de projetos como coleta seletiva em escolas

A coleta de lixo e limpeza de Niterói ganharam um reforço na última semana. A Prefeitura de Niterói entregou 49 novos equipamentos para a Companhia de Limpeza Urbana (Clin) – um investimento de R$ 14 milhões. A Clin recolhe, diariamente, quase 600 toneladas de resíduos na coleta domiciliar e 100 toneladas na varrição das ruas da cidade.

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, ressalta a importância da chegada dos novos equipamentos para a cidade, que já conquistou o primeiro lugar do estado e segundo do país no Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) 2019, levantamento do Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana e da consultoria PwC Brasil que analisou as cidades brasileiras com mais de 250 mil habitantes.

"Niterói segue um plano estratégico que a trouxe de volta a ser a primeira em qualidade de vida do estado e a grande vitrine do Rio de Janeiro", destaca o prefeito. "A Clin olha para o futuro com a implantação da coleta seletiva nas escolas municipais e com o desenvolvimento do projeto de biodigestão que vai transformar resíduos em energia. Uma forma inteligente de dar um destino aos resíduos".

Luiz Carlos Fróes, presidente da Clin, informa que os equipamentos chegam para modernizar, substituir a frota e coroar o trabalho desenvolvido. Entre os veículos estão caminhões de lixo e retroescavadeiras.

"Tivemos grandes conquistas em Niterói. Além do excelente desempenho no ranking de Limpeza Urbana, aumentamos nossos pontos de entrega voluntária, criamos a coleta itinerante, implantamos a coleta seletiva em São Francisco e Charitas. Agora renovamos toda a frota de veículos e equipamentos da Companhia e estamos finalizando o concurso de gari", frisa o presidente.

Logística reversa – O secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, Axel Grael, destaca os projetos da Clin sobre logística reversa para a população da cidade.

"É um momento de celebração em que a companhia se equipa e se prepara para prestar um serviço cada vez melhor para atender a população. Isso é relevante porque a Clin já é considerada a segunda melhor empresa em relação à gestão de resíduos no país. Com os novos equipamentos, vamos expandir e melhorar o trabalho de coleta seletiva, que é uma marca de Niterói", explica Axel. Ele lembra que Niterói implantou o primeiro projeto de coleta seletiva no Brasil, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, na década de 1990.

"O lixo não é só lixo. Com a logística reversa, ele volta para seu local de origem para que dê início a um novo ciclo. Como ambientalista e servidor público, fico muito feliz de ver quando uma empresa é bem gerida e bem equipada para exercer seu papel com excelência", disse Axel Grael.■

Divulgação

Clin tem novos equipamentos para a limpeza em Niterói

Concurso em Quissamã

Os candidatos do concurso público de Quissamã, que tiveram as provas suspensas no dia 16 de fevereiro, na Universidade Candido Mendes, em Campos dos Goytacazes, farão nova avaliação neste domingo, em Quissamã. A prova será aplicada apenas aos inscritos para os cargos de Professor I – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil; e Fiscal de Transporte Coletivo de Passageiros, que estiveram na Candido Mendes.■

Sebrae lança qualificação para o setor de alimentação

Empreendedores de Niterói e São Gonçalo podem se inscrever até dia 20

Até o dia 20, empreendedores do setor de alimentação fora do lar de Niterói e São Gonçalo poderão se inscrever no edital Sebrae na Mesa Sustentável. Esse programa incentiva melhores práticas de gestão, com foco na redução de custos e no aumento do número de vendas, e vai ser conduzido por profissionais qualificados no desenvolvimento do micro e do pequeno empreendedor da região. O Sebrae Rio vai subsidiar 70% do valor da capacitação. Já os outros 30% serão custeados pelo empreendedor. Para o analista do Sebrae Wilson Pires essa é uma oportunidade para que o empreendedor consiga conhecimentos e aplique essa metodologia na sua empresa.

Ao longo de nove meses, o empresário vai ser capacitado por meio de palestras, oficinas, cursos e consultorias, voltados para a eficiência energética e hídrica, o desperdício de alimentos, a gestão de processos, a hospitalidade à mesa e o marketing estratégico.

Apenas os empresários de restaurantes à la carte ou a quilo; bar; café; pizzaria; hamburgueria ou doceria estarão aptos a participar do edital.

O empreendedor pode indicar dois ou três colaboradores para participar do processo de capacitação. Esses funcionários poderão ajudar na divulgação das informações dos conteúdos para os demais colaboradores. .■

Procon suspende atendimento na sede

O atendimento ao consumidor na sede do Procon RJ estará suspenso por 30 dias, a contar desta segunda (16). O consumidor poderá fazer denúncias e reclamações através dos canais de atendimento online: aplicativo Procon-RJ e site www.procononline.rj.gov.br. Quem tiver dúvidas e quiser fazer denúncias, poderá entrar em contato com o telefone 151, que continuará disponível para atender os consumidores. O atendimento presencial aos fornecedores no Cartório será mantido exclusivamente para a emissão de Guia de Recolhimento ao Estado, já o atendimento à distância continuará sendo feito normalmente. O atendimento aos fornecedores pelo Departamento de Dívida Ativa será feito preferencialmente pelo e-mail: dividaativa@procon.rj.gov.br. Durante a suspensão, não serão feitas audiências de conciliação ou mediação, nem atos processuais, salvo aqueles urgentes, determinados pelas autoridades. Ficam também suspensos todos os prazos dos processos administrativos em curso, físicos ou virtuais, que dependerem de acesso aos processos físicos.■

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.050.071/0001-58 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2018, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S. **1. AMBIENTE REGULATÓRIO*:** **Bandeiras Tarifárias:** A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2019, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos: Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo. Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017); De 01/05/2018 a 30/06/2019: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018). De 01/07/2019 a 31/10/2019: A tarifa amarela sofreu acréscimo de R$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19). A partir de 01/11/19: A tarifa sofreu acréscimo de R$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19). Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. De 01/11/2017 a 30/04/2018: A tarifa teve acréscimo de R$ 3,00 para o patamar 1 enquanto o patamar 2 passou a ser R$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017); De 01/05/2018 a 30/06/2019: As tarifas tiveram os seguintes acréscimos: R$ 3,00 (patamar 1) e R$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018). De 01/07/2019 a 31/10/2019: Acréscimos nas tarifas de R$ 4,00 (patamar 1) e R$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19). A partir de 01/11/19: Acréscimos nas tarifas de R$ 4,169 (patamar 1) e R$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19). As bandeiras tarifárias que vigoraram ao longo de 2019 e 2018, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Vermelha (Patamar 1)	Amarela	Vermelha (Patamar 1)	Amarela
PLD gatilho - R$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

2018	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Vermelha (Patamar 2)	Amarela	Verde
PLD gatilho - R$/MWh	189,63	157,28	184,91	40,16	193,36	425,01	505,18	505,18	490,74	377,47	140,51	56,74

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária definido pela CCEE.

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD): Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R$ 40,16/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2018, iniciando em 1º de janeiro de 2018. Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória nº 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R$ 42,35/MWh. Esses limites vigoraram por todo o ano de 2019, iniciando em 1º de janeiro de 2019. Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020. **Reajuste Tarifário Anual:** Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e vigorou de 15 a 31 de março de 2019. **Revisão Tarifária Extraordinária:** A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar a quitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019. Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel Distribuição Rio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020. A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

2. PRINCIPAIS INDICADORES:

Destaques do Período	Em 31 de Dezembro 2019	2018	Variação	Var. %
Receita Bruta (R$ mil)	9.610.955	8.943.974	666.981	7,5%
Receita Líquida (R$ mil)	5.904.286	5.460.889	443.397	8,1%
EBITDA (1) (R$ mil)	1.060.373	936.230	124.143	13,3%
Margem EBITDA (%)	17,96%	17,14%	–	0,82 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	20,45%	19,54%	–	0,91 p.p
EBIT (2) (R$ mil)	643.300	621.513	21.787	3,5%
Margem EBIT (%)	10,90%	11,38%	–	-0,48 p.p
Lucro Líquido/Prejuízo (R$ mil)	279.258	171.246	108.012	63,1%
Margem Líquida	4,73%	3,14%	–	1,59 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	5,38%	3,57%	–	1,81 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.562	11.417	145	1,3%
CAPEX (R$ mil)*	713.076	674.285	38.791	5,8%
DEC (12 meses)*	13,17	14,10	(0,93)	-6,6%
FEC (12 meses)*	8,30	8,13	0,17	2,1%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,20%	97,01%	–	1,19 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	22,38%	21,07%	–	1,31 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.938.895	3.107.905	(169.010)	-5,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	966	970	(4)	-0,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.442	1.392	49	3,6%
PMSO (3)/Consumidor*	293,49	264,62	29	10,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	366	379	(13)	-3,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros*	8.020	8.201	(181)	-2,2%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL:

Número de Consumidores*	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (Unidades)	Variação	Var. %
Residencial - Convencional	2.314.444	2.297.932	16.512	0,7%
Residencial - Baixa Renda	109.179	130.586	(21.407)	-16,4%
Industrial	3.455	3.784	(329)	-8,7%
Comercial	139.115	151.896	(12.781)	-8,4%
Rural	63.050	64.017	(967)	-1,5%
Setor Público	17.655	17.567	88	0,5%
Mercado Cativo	**2.646.898**	**2.665.782**	**(18.884)**	**-0,7%**
Residencial	1	1	–	–
Industrial	117	101	16	15,8%
Comercial	333	218	115	52,8%
Setor Público	33	33	–	–
Clientes Livres	**484**	**353**	**131**	**37,1%**
Revenda	24	24	–	–
Consumo Próprio	351	326	25	7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	**2.647.757**	**2.666.485**	**(18.728)**	**-0,7%**
Consumidores Ativos Não Faturados	291.138	441.420	(150.282)	-34,0%
Total - Número de Consumidores	**2.938.895**	**3.107.905**	**(169.010)**	**-5,4%**

A Companhia encerrou 2019 com uma redução de 0,7% no número de consumidores faturados em relação ao registrado em 2018. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, à exigência regulatória de atualização cadastral. Os clientes sem informação cadastral foram suspensos até regularizar sua situação junto à Companhia. Em 2019 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R$ 272 milhões.

Venda e Transporte de Energia*	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (GWH)	Variação	Var. %
Mercado Cativo	8.521	8.547	(26)	-0,3%
Clientes Livres	2.538	2.430	108	4,5%
Revenda	503	440	63	14,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	**11.562**	**11.417**	**145**	**1,3%**

* Valores não auditados pelos auditores independentes

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2019 apresentou um incremento de 145 GWh em relação ao ano de 2018. Este incremento é o efeito combinado de (i) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2019, de 108 GWh e 63 GWh, respectivamente; parcialmente compensado pela (ii) retração observada no mercado cativo da Companhia de 26 GWh. A energia transportada gera uma receita para a Enel Distribuição Rio através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Venda de Energia no Mercado Cativo*	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (GWH)	Variação	Var. %
Residencial - Convencional	4.649	4.537	112	2,5%
Residencial - Baixa Renda	190	218	(28)	-12,8%
Industrial	226	274	(48)	-17,5%
Comercial	1.914	1.930	(16)	-0,8%
Rural	174	232	(58)	-25,0%
Setor Público	1.368	1.356	12	0,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**8.521**	**8.547**	**(26)**	**-0,3%**

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 0,3% no ano de 2019 quando comparado ao ano de 2018. O principal fator que ocasionou essa retração no consumo foi a migração para o mercado livre de clientes industriais e comerciais.

Indicadores Operacionais e de Produtividade*	Em 31 de Dezembro 2019	2018	Variação	Var. %
DEC 12 meses (horas)	13,17	14,10	(0,93)	-6,6%
FEC 12 meses (vezes)	8,30	8,13	0,17	2,1%
Perdas de Energia 12 meses (%)	22,38%	21,07%	–	1,31 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,20%	97,01%	–	1,19 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.442	1.392	49	3,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	366	379	(13)	-3,4%
PMSO (1)/Consumidor	293,49	264,62	29	10,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	8.020	8.201	(181)	-2,2%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros. Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O indicador DEC apresentou uma evolução em 2019 em relação a 2018, explicado, principalmente, pela melhoria na qualidade do sistema, resultado dos investimentos em automação e telecomandos realizados nos últimos anos. Já o indicador FEC foi impactado pelos efeitos climatológicos do El niño que atingiu toda a área de concessão da Companhia no primeiro semestre de 2019. Ambos os indicadores estão dentro dos limites exigidos pelo contrato de concessão da Companhia, sendo 17,9 horas para DEC e 10,2 vezes para FEC. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 22,38%* em 2019, um acréscimo de 1,31 p.p. em relação às perdas registradas em 2018, de 21,07%*. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento da criminalidade na área de concessão da Companhia em conjunto com a deterioração da economia do estado do Rio de Janeiro. A Enel Distribuição Rio investiu R$ 198 milhões* em adequação à carga e qualidade do sistema no ano de 2019, e R$ 54 milhões* no combate às perdas.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Principais Contas de Resultado e Margens	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	9.610.955	8.943.974	666.981	7,5%
Deduções à Receita Operacional	(3.706.669)	(3.483.085)	(223.584)	6,4%
Receita Operacional Líquida	5.904.286	5.460.889	443.397	8,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.260.986)	(4.839.376)	(421.610)	8,7%
EBITDA(1)	**1.060.373**	**936.230**	**124.143**	**13,3%**
Margem EBITDA	17,96%	17,14%	–	0,82 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	20,45%	19,54%	–	0,91 p.p
EBIT(2)	643.300	621.513	21.787	3,5%
Margem EBIT	10,90%	11,38%	–	-0,48 p.p
Resultado Financeiro	(220.700)	(351.957)	131.257	-37,3%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(143.342)	(98.310)	(45.032)	45,8%
Lucro Líquido/Prejuízo	**279.258**	**171.246**	**108.012**	**63,1%**
Margem Líquida	4,73%	3,14%	–	1,59 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	5,38%	3,57%	–	1,81 p.p
Lucro por Ação (R$/ação)*	1,68	1,03	0,65	100,0%

* Valores não auditados pelos auditores independentes
(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço.

Receita Operacional Bruta: A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio sofreu um incremento de R$ 667 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R$ 8,9 bilhões, o que representa um incremento de 7,5% (R$ 619 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 8,3 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Receita Operacional Bruta	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Fornecimento de Energia	7.726.308	7.029.747	696.561	9,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(34.543)	(26.484)	(8.059)	30,4%
Ativos e passivos financeiros setoriais	52.969	171.317	(118.348)	-69,1%
Subvenção baixa renda	35.238	41.461	(6.223)	-15,0%
Subvenção de recursos da CDE	207.139	185.084	22.055	11,9%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres-revenda	787.317	595.346	191.971	32,2%
Receita de Construção	718.037	669.723	48.314	7,2%
Venda de Energia Excedente - MVE	18.443	–	18.443	-
Outras Receitas	100.047	277.780	(177.733)	-64,0%
Total - Receita Operacional Bruta	**9.610.955**	**8.943.974**	**666.981**	**7,5%**

Variações relevantes. Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R$ 696 milhões): Este aumento está associado a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 0,3% (8.521 GWh em 2019 versus 8.547 GWh em 2018). Receita de uso da rede elétrica (incremento de R$ 192 milhões): deve-se (i) a revisão tarifária de 2019 e (ii) ao aumento de 4,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.538 GWh em 2019 versus 2.430 GWh em 2018). Subvenção de recursos da CDE (incremento de R$ 22 milhões): em função da diferença na homologação dos valores mensais das subvenções recebidas da CCEE pela Companhia para os ciclos 2019/2020 (R$ 16,8 milhões/mês) e 2018/2019 (R$ 16,0 milhões/mês). Venda de Energia Excedente - MVE (incremento de R$ 18 milhões): em razão da Companhia ter aderido, a partir de janeiro de 2019, ao mecanismo de venda de excedentes, conforme Resolução Normativa Nº 824, de 10 de julho de 2018. Esses efeitos foram parcialmente compensados por: DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres (incremento de R$ 8 milhões): em função do aumento das despesas com indenizações DIC/FIC, que tomam como base os indicadores individuais de qualidade do fornecimento de energia. Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R$ 118 milhões): esta redução deve-se a menor constituição de ativos financeiros regulatórios relativo à compra de energia e outros encargos em conjunto com a maior amortização de CVA (conta de variação da parcela A) relativo a compra de energia (R$ 264 milhões), parcialmente compensado com a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifarias (R$ 146 milhões), antes registrada em outras receitas. Outras receitas (redução de R$ 178 milhões): devido a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais (R$ 146 milhões em 2019 vs. R$ 192 milhões em 2018). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mutuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços. **Deduções da Receita:** As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R$ 224 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Deduções da Receita	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
ICMS	(2.176.670)	(1.946.365)	(230.305)	11,8%
PIS	(149.433)	(137.588)	(11.845)	8,6%
COFINS	(688.296)	(633.737)	(54.559)	8,6%
ISS	(4.189)	(3.681)	(508)	13,8%
Total - Tributos	**(3.018.588)**	**(2.721.371)**	**(297.217)**	**10,9%**
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(628.684)	(747.874)	119.190	-15,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(51.309)	(47.039)	(4.270)	9,1%
Ressarcimento P&D	–	40.818	(40.818)	-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(8.088)	(7.619)	(469)	6,2%
Total - Encargos Setoriais	**(688.081)**	**(761.714)**	**73.633**	**-9,7%**
Total - Deduções da Receita	**(3.706.669)**	**(3.483.085)**	**(223.584)**	**6,4%**

Variações relevantes. Tributos (incremento de R$ 297 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados. Este efeito foi parcialmente compensado por: Encargos Setoriais (redução de R$ 74 milhões): em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R$ 5,2 bilhões, um incremento de R$ 422 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2019, alcançaram o montante de R$ 4,54 bilhões o que representa um incremento de R$ 373 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R$ 4,17 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos do Serviço e Despesas Operacionais	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.781.364)	(2.570.202)	(211.162)	8,2%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(522.756)	(514.309)	(8.447)	1,6%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(16.499)	(12.693)	(3.806)	30,0%
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	14.218	52.344	(38.126)	-72,8%
Total - Custos e Despesas Não Gerenciáveis	**(3.306.401)**	**(3.044.860)**	**(261.541)**	**8,6%**
Pessoal	(139.746)	(144.486)	4.740	-3,3%
Material e Serviços de Terceiros	(461.855)	(446.893)	(14.962)	3,3%
Depreciação e Amortização	(417.073)	(314.717)	(102.356)	32,5%
Custo de Desativação de Bens	(21.641)	(41.468)	19.827	-47,8%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(47.865)	(98.634)	50.769	-51,5%
Custo de Construção	(718.037)	(669.723)	(48.314)	7,2%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(103.546)	(39.175)	(64.371)	>100,0%
Recuperação de Perdas	8.813	–	8.813	-
Perda de recebíveis de clientes	(87.339)	(37.810)	(49.529)	>100,0%
Receita de multa por impontualidade de clientes	64.711	53.791	10.920	20,3%
Outras receitas/despesas operacionais	(31.007)	(55.402)	24.394	-44,0%
Total - Custos e Despesas Gerenciáveis	**(1.954.585)**	**(1.794.517)**	**(160.068)**	**8,9%**
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	**(5.260.986)**	**(4.839.377)**	**(421.610)**	**8,7%**

*Valores não auditados pelos auditores independentes. Variações relevantes. Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R$ 262 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos: • Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R$ 211 milhões): deve-se, basicamente, ao aumento da demanda entre os períodos analisados. • Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R$ 8 milhões): se explica, principalmente pelo incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão. • Ressarcimento de encargos/Encargos dos serviços dos sistemas (redução da receita em R$ 38 milhões): decorrente de redução no ressarcimento do encargo da CONER – Conta de Energia Reserva. Ressalta-se que o resultado líquido entre o ressarcimento e os encargos de serviço do sistema são integralmente repassados aos consumidores via tarifa. Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R$ 160 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2019, alcançaram o montante de R$ 1,24 bilhões, o que representa um incremento de 9,9% (R$ 112 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 1,12 bilhões: (i) Incremento de R$ 15 milhões em Material e Serviços de Terceiros devido ao aumento dos serviços referentes a manutenção da rede elétrica, parcialmente compensado pela finalização de alguns projetos e serviços no primeiro trimestre de 2019, o que gerou o encerramento de alguns contratos de terceiros. (ii) Incremento de R$ 102 milhões em Depreciação e Amortização em decorrência do (i) aumento da base de ativos, reflexo de maior volume de investimentos realizados ao longo do último ano; e de (ii) ajuste referente a ativos financeiros indenizáveis não reconhecidos pela Aneel, os quais foram transferidos para ativo intangível da concessão. Com isso foi realizado também o ajuste de depreciação desses ativos retroagindo a setembro de 2018. (iii) Incremento de R$ 64 milhões na Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas decorrente de (i) reavaliação de alguns processos cíveis, cuja avaliação de risco passou de possível/remoto para provável; e do (ii) ingresso de novas contingências cíveis, envolvendo demandas judiciais relativas à rede elétrica e ao de fornecimento de energia. (iv) Incremento de R$ 50 milhões na Perda de recebíveis de clientes em função do aumento de baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse efeito foi parcialmente compensado por: (v) Redução de R$ 20 milhões no Custo de Desativação de Bens em decorrência do maior volume de investimentos ao longo de 2018, que gerou desativação de bens não totalmente depreciados. (vi) Redução de R$ 51 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em razão da reversão de provisão para cobrir possíveis perdas com créditos de clientes com TOI (termo de ocorrência de irregularidade). Após análise da base histórica desses clientes identificou-se que os mesmos apresentaram melhoria em seu perfil de credito. Este efeito foi parcialmente compensado pelo fim da operação de venda de recebíveis, uma vez que esta base de clientes passou a ser considerada no cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. (vii) Redução de R$ 24 milhões em Outras receitas/despesas operacionais decorrente, principalmente, de (i) reclassificação das despesas dos arrendamentos mercantis operacionais, as quais eram registrados como outras despesas operacionais e passaram a ser registradas como amortização do direito de uso (R$ 7 milhões); (ii) redução no custo com sistemas compartilhados (R$ 2 milhões) e (iii) redução de despesas com ajustes de diferenças identificadas em inventario (R$ 6 milhões). (viii) Incremento de R$ 8 milhões na Recuperação de Perdas devido a decisão judicial favorável a Companhia relativa a uma dívida com o Estado do ano de 1994. (ix) Incremento de R$ 11 milhões na Receita de multa por impontualidade de clientes em função de maior cobrança de multas e juros de mora de clientes em relação ao mesmo período do ano anterior. **EBITDA e Margem EBITDA:** Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R$ 1.060 bilhão no ano de 2019, o que representa um aumento de R$ 124 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R$ 936 milhões. A margem EBITDA ex- Receita de Construção da Companhia em 2019 foi de 20,45%, o que representa um incremento de 0,91 p.p. em relação a 2018, de 19,54%. De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

Conciliação do EBITDA e do EBIT	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Lucro Líquido do Período	**279.258**	**171.245**	**108.013**	**63,1%**
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 28)	143.342	98.310	45.032	45,8%
(+) Resultado Financeiro (NE 27)	220.700	351.957	(131.257)	-37,3%
(=) EBIT	**643.300**	**621.512**	**21.788**	**3,5%**
(+) Depreciações e Amortizações (NE 26)	417.073	314.717	102.356	32,5%
(=) EBITDA	**1.060.373**	**936.229**	**124.144**	**13,3%**

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio encerraram o exercício de 2019 em R$ 221 milhões, uma redução de R$ 131 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

Resultado Financeiro	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Renda de Aplicação Financeira	20.575	11.253	9.322	82,8%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	41.205	28.637	12.568	43,9%
Variações monetárias	10.668	13.369	(2.701)	-20,2%
Receita de ativo indenizável	44.087	133.617	(89.530)	-67,0%
Atualização crédito de Cofins	–	1.302	(1.302)	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	452.226	754.008	(301.782)	-40,0%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	33.923	8.628	25.295	>100,0%
Ganho disputa judicial Furnas	103.625	–	103.625	–
Outras receitas financeiras	10.322	5.054	5.268	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(6.634)	(4.443)	(2.191)	49,3%
Total - Receitas Financeiras	**709.997**	**951.425**	**(241.428)**	**-25,4%**
Encargo de dívidas	(226.634)	(283.062)	56.428	-19,9%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(63.352)	(64.469)	1.117	-1,7%
Encargo de fundo de pensão	(31.967)	(33.411)	1.444	-4,3%
Juros debêntures	(84.575)	(42.594)	(41.981)	98,6%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(442.718)	(729.894)	287.176	-39,3%
IOF/IOC	(4.986)	(9.750)	4.764	-48,9%
Encargos com vendas de recebíveis	(13.486)	(102.284)	88.798	-86,8%
Custos pré-pagamento BNDES	(28.063)	–	(28.063)	–
Outras despesas financeiras	(34.916)	(37.918)	3.002	-7,9%
Total - Despesas Financeiras	**(930.697)**	**(1.303.382)**	**372.685**	**-28,6%**
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**(220.700)**	**(351.957)**	**131.257**	**-37,3%**

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Variações relevantes: Renda de Aplicação Financeira (incremento de R$ 9 milhões): em função de maior volume de caixa médio aplicado entre os períodos analisados. Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes (incremento de R$ 13 milhões): decorrente de maior efetividade nas ações de negociação e cobrança aos clientes. Variações monetárias de ativos financeiros setoriais (incremento em R$ 25 milhões): decorrente de maior saldo médio de ativos financeiros setoriais líquido entre os períodos analisados. Ganho disputa judicial Furnas (incremento de R$ 104 milhões): em decorrência de uma decisão judicial favorável à Companhia referente a nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, de 1986, as quais estabeleciam novas tarifas para Furnas e novas tarifas de repasse para Itaipu. Essas portarias violaram os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então Plano Cruzado. Encargos com vendas de recebíveis (redução de despesa em R$ 89 milhões): em razão do fim da operação de venda de recebíveis. IOF/IOC (redução de R$ 5 milhões): decorrente da redução no número de operações intercompany. Esses efeitos foram parcialmente compensados por: Receita de ativo indenizável (redução de receita em R$ 90 milhões): reflete a baixa de atualização financeira sobre os ativos financeiros indenizáveis, os quais não foram reconhecidos pela Aneel durante o processo de revisão tarifária no montante de R$ 90 milhões. Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R$ 28 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro. **Tributos e Outros:** O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um incremento de R$ 45 milhões em relação ao ano de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Tributos (IR/CSLL) e Outros	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Tributos e Outros	(143.342)	(98.310)	(45.032)	45,8%
Total - Tributos e Outros	**(143.342)**	**(98.310)**	**(45.032)**	**45,8%**

Lucro Líquido e Margem Líquida: Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2019 um lucro de R$ 279 milhões, R$ 108 milhões superior ao registrado no ano de 2018, cujo montante foi de R$ 171 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2019 foi de 5,38%.

5. ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ:

Indicadores de Endividamento	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$ Mil)	Variação	Var. %
Dívida Bruta (R$ mil)	3.858.060	3.512.816	345.244	9,8%
Dívida com Terceiros	2.868.104	2.489.363	378.741	15,2%
Dívida Intercompany	989.956	1.023.453	(33.497)	-3,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R$ mil)	409.320	348.853	60.467	17,3%
Dívida Líquida (R$ mil)	**3.448.740**	**3.163.963**	**284.777**	**9,0%**
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	3,64	3,75	(0,1)	–
Dívida Líquida / EBITDA(1)*	3,25	3,38	(0,1)	–
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,51	0,50	0,01	–
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,49	0,48	0,01	–

A dívida bruta da Companhia aumentou R$ 345 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) captações de debentures em torno de R$ 1.000 bilhão, (ii) captações bancárias em cerca de R$ 600 milhões, (iii) provisão de encargos e variações monetária de R$ 302 milhões; compensados, por (iv) amortizações em torno de R$ 1.327 bilhão, e pagamento de encargos em aproximadamente R$ 227 milhões ocorridos entre os períodos. A Enel Distribuição Rio encerrou o ano 2019 com o custo médio da dívida em 8,58% a.a.*, ou CDI + 2,49% a.a. Desconsiderando o custo de pré-pagamento das operações de repasse do BNDES, o custo da Companhia teria sido de 7,83% equivalente a CDI + 1,79%a.a. Classificação de Riscos (Rating): Em 18 de setembro de 2019, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável. Foram reafirmados também os ratings AAA (bra) atribuídos às 9ª e 10ª emissões de debentures da Companhia. Colchão de Liquidez*: Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R$ 180 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R$ 1.700 bilhão, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R$ 721 milhões. Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R$ 990 milhões refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento. Índices Financeiros - Covenants: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2019, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da Enel Distribuição Rio (9ª e 10ª emissão).

Cálculo dos Indicadores Financeiros*	2019
Lucro (prejuízo) Líquido	279.258
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(143.342)
(-) Resultado Financeiro	(220.700)
(-) Provisões para Contingências	(103.546)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(126.391)
(-) Depreciação e Amortização	(417.073)
EBITDA 12 Meses	**1.290.310**
Empréstimos e Financiamentos	1.253.571
Debêntures	1.614.533
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	793.927
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	303.062
(-) Aplicações Financeiras	106.258
(-) Depósito em garantias de financiamento	–
Dívida Financeira Líquida	**3.252.711**
Covenant Financeiro	
Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50	**2,52**

6. INVESTIMENTOS:

Investimentos	Em 31 de Dezembro 2019	2018 (R$Mil)	Variação	Var. %
Novas Conexões	271.711	239.260	32.451	13,6%
Rede	252.477	269.797	(17.320)	-6,4%
Combate às Perdas	54.427	49.357	5.070	10,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	190.924	163.813	27.111	16,5%
Adequação à carga	7.126	56.627	(49.501)	-87,4%
Outros	200.302	164.574	35.728	21,7%
Variação de Estoque	(11.414)	653	(12.068)	<-100,0%
Total Investido	**713.076**	**674.285**	**38.791**	**5,8%**
Aportes / Subsídios	(3.166)	(27.252)	24.087	-88,4%
Investimento Líquido	**709.910**	**647.033**	**62.878**	**9,7%**

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019 alcançaram R$ 713 milhões. O maior volume foi direcionado aos investimentos em Novas conexões (R$ 272 milhões), qualidade do sistema (R$ 191 milhões) e outros investimentos, tais como manutenção corretiva (R$ 100 milhões) e melhorias tecnológicas (R$ 66 milhões). Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Enel Distribuição Rio atingiram R$ 710 milhões em 2019. **7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*:** A Enel Distribuição Rio mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Enel Distribuição Rio conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede que, em 2019, atuou com 200 líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos e em parceria estratégica com as áreas de gestão de perdas, cobranças e mercado. Os 42 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Rio em 2019 beneficiaram mais de 323 mil pessoas, com um investimento de R$ 24 milhões. Também foram gerados cerca de R$ 1,6 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Entre os projetos realizados, destacam-se: **Ecoenel:** é um projeto de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O projeto encerrou o ciclo de 2019 com 95 ecopontos ativos, 1.595 toneladas de resíduos arrecadados e mais de R$ 733 mil em bônus na forma de desconto na conta de energia. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 7 milhões de KWH em energia e foi evitada a emissão de cerca de 4.620 toneladas de CO^2. **Luz Solidária:** O programa Luz Solidária Enel é uma iniciativa voltada ao uso inteligente e eficiente da energia elétrica, por meio de descontos de 50% na compra de equipamentos mais eficientes. Além de estimular a cultura do consumo consciente e da preservação ambiental, por meio da troca de eletrodomésticos usados por equipamentos novos e econômicos, o Luz Solidária Enel

continua

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

e direitos humanos. Em 2019, foram distribuídos aos clientes cerca de R$ 3 milhões em bônus para aquisição de eletrodomésticos eficientes em lojas do varejo e 16 projetos sociais foram acompanhados durante o ano. Entre campanha de vendas e ações na comunidade, foram beneficiadas 5.173 pessoas. **Chamada Pública de Projetos de Eficiência:** é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética para clientes principalmente dos setores comercial e público e ocorre de acordo com os requisitos determinados pela ANEEL. Em 2019, foram inaugurados nove projetos de eficientização nos municípios de Niterói, Angra dos Reis, Petrópolis, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Itaperuna que beneficiaram hospitais, instituições de ensino e entidades filantrópicas. Tais ações possibilitaram uma economia na ordem de 2,43 GWh/ano através da substituição de lâmpadas, aparelhos de ar condicionado e instalações de painéis solares nestas instituições. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede":** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa que engajou 685 colaboradores promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas atividades distribuídas entre os pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico. **8. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*:** **Sustentabilidade e Inovação: Guia EXAME de Sustentabilidade 2019 –** Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de *Due Diligence* de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais. Nesta edição, foram 229 companhias inscritas. **Prêmio ODS Pacto Global -** A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Empresa Pró-Ética 2018/2019** – A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio. A edição contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 26 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2018-2019. **Prêmio Nacional de Inovação –** O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing'. **Prêmio Valor Inovação –** A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento). **Prêmio Whow 2019 –** Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para cocriar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2° posição no setor de energia e *utilities* e 29° do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups. **Empresa Amiga da Criança –** A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem. **Pessoas: Prêmio WEPs Brasil 2019 –** A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contou com 181 empresas inscritas e 61 vencedoras. **Prêmio GPTW Rio de Janeiro 2019 –** A Enel Distribuição Rio foi eleita a 9ª melhor empresa para se trabalhar. O prêmio é referência internacional no mundo corporativo, sendo um dos mais importantes e valorizados do País. O ranking aponta empresas que são referência em temas de Recursos Humanos e demais temas envolvidos na construção de um bom ambiente de trabalho. **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida –** A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores. **Prêmio Top Employer –** A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa, e demonstrou que é líder no ambiente de RH, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre. **9. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	303.062	267.076
Títulos e valores mobiliários	5	106.258	81.777
Consumidores e outras contas a receber	6	1.468.059	914.449
Ativo financeiro setorial	9	138.062	229.300
Subvenção CDE - desconto tarifário	7	295.867	322.098
Tributos a compensar	8	143.446	145.833
Serviço em curso		32.788	55.270
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	14.953	13.766
Outros créditos		108.455	66.468
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**2.610.950**	**2.096.037**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	6	24.126	34.593
Ativo financeiro setorial	9	26.458	-
Depósitos vinculados a litígios	22	226.268	214.571
Tributos a compensar	8	87.433	104.458
Serviço em curso		16.600	35.596
Tributos diferidos	28	276.807	322.338
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	128.279	98.364
Ativo indenizável (concessão)	10	3.613.155	3.378.495
Imobilizado	11	106.893	61.175
Intangível	12	2.649.716	2.673.290
Ativos contratuais	**13**	**801.077**	**677.482**
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**7.956.812**	**7.600.362**
TOTAL DO ATIVO		**10.567.762**	**9.696.399**

PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	14	899.501	758.868
Empréstimos e financiamentos	16	1.260.803	1.761.231
Obrigações por arrendamentos	18	12.759	-
Debêntures	17	615.915	1.511
Salários, provisões e encargos sociais		38.864	48.143
Obrigações fiscais	15	202.650	119.762
Dividendos a pagar		112.824	87.184
Taxas regulamentares	19	347.743	375.897
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	29	6.523	7.680
Outras obrigações		112.087	84.657
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**3.609.669**	**3.244.933**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		-	454
Empréstimos e financiamentos	16	1.115.264	1.250.981
Debêntures	17	998.618	597.926
Obrigações por arrendamentos	18	33.888	-
Passivo financeiro setorial	9	-	6.111
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	29	4.169	5.617
Taxas regulamentares	19	51.058	62.378
Benefícios pós-emprego	21	463.222	429.975
Provisão para processos judiciais e outros	22	626.392	602.204
Outras obrigações		4.506	269
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**3.297.117**	**2.955.915**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23**		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.138.795	976.874
Outros resultados abrangentes		697	(2.807)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.660.976**	**3.495.551**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.567.762**	**9.696.399**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	25	**5.904.286**	**5.460.888**
Custo do serviço		**(4.931.168)**	**(4.532.888)**
Lucro operacional bruto		**973.118**	**928.001**
Receitas (despesas) operacionais	26		
Despesas com vendas		(141.810)	(149.241)
Despesas gerais e administrativas		(264.635)	(219.021)
Outras despesas operacionais		76.627	61.774
Total de receitas (despesas) operacionais		**(329.818)**	**(306.488)**
Resultado do serviço público de energia elétrica		**643.300**	**621.513**
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		709.997	951.425
Despesas financeiras		(930.697)	(1.303.382)
Total resultado financeiro		**(220.700)**	**(351.957)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**422.600**	**269.556**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(73.316)	(4.677)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(70.026)	(93.633)
	28	**(143.342)**	**(98.310)**
Lucro líquido do exercício		**279.258**	**171.246**
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	24	1,67587	1,02768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**279.258**	**171.246**
Outros resultados abrangentes:		
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(77.356)	22.447
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	26.301	(7.632)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	**(51.055)**	**14.815**
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	5.309	(17.229)
Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(1.805)	5.858
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	**3.504**	**(11.371)**
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	**231.707**	**174.690**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital: Reserva de ágio	Reserva de capital: Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**113.379**	**713.541**	**-**	**8.564**	**3.356.968**
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	22.447	22.447
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(7.632)	(7.632)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	14.815	(14.815)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(17.229)	(17.229)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	5.858	5.858
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	171.246	-	171.246
Adoção inicial IFRS 9	-	-	-	-	-	4.564	-	4.564
Reserva legal	-	-	-	8.562	-	(8.562)	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-		-	(40.671)	-	(40.671)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	141.392	(141.392)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**121.941**	**854.933**	**-**	**(2.807)**	**3.495.551**
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(77.356)	(77.356)
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	26.301	26.301
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	(51.055)	51.055	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	5.309	5.309
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(1.805)	(1.805)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	279.258	-	279.258
Reserva legal	-	-	-	13.963	-	(13.963)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	56	-	56
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(66.338)	-	(66.338)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	147.958	(147.958)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**135.904**	**1.002.891**	**-**	**697**	**3.660.976**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	279.258	171.246
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.052	98.634
Depreciação e amortização	445.411	340.827
Juros e variações monetárias	316.946	405.978
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(17.370)	(133.517)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(33.923)	(8.628)
Receita de ativo indenizável	(44.087)	(133.617)
Valor residual de intangível e imobilizado	2.244	23.719
Tributos e contribuições social diferidos	70.026	93.633
Perda de recebíveis de clientes	87.339	37.810
Provisão para processos judiciais e outros	168.796	103.644
Obrigações com benefício pós-emprego	29.817	68.628
Outros	–	1.323
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(669.534)	(265.039)
Subvenção CDE - desconto tarifário	30.630	24.349
Ativos financeiros setoriais	98.703	(145.340)
Tributos a compensar	19.412	160.165
Depósitos vinculados a litígios	(11.697)	21.939
Serviço em Curso	41.478	(11.486)
Outros créditos	(47.757)	108.008
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	140.179	(141.207)
Salários, provisões e encargos sociais	(9.279)	5.071
Obrigações fiscais	82.888	(4.975)
Passivos financeiros setoriais	(1.712)	(25.977)
Taxas regulamentares	(40.944)	12.907
Obrigações com benefícios pós-emprego	(73.926)	(108.648)
Provisão para processos judiciais e outros	(144.608)	(166.544)
Outras obrigações	37.817	8.025
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(139.121)	(97.558)
Pagamentos de juros de debêntures	(69.134)	(42.713)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(19.518)	(33.495)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	**567.386**	**367.162**
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(729.248)	(678.560)
Títulos e valores mobiliários	(24.481)	38.314
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(753.729)**	**(640.246)**
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	998.374	–
Captação de empréstimos e financiamentos	689.823	560.564
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.420.866)	(319.899)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(12.370)	–
Pagamento de dividendos	(40.642)	–
(Pagamento)/Recebimento de instrumento derivativo (principal)	8.010	(6.420)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**222.329**	**234.245**
Variação no caixa líquido da Companhia	35.986	(38.839)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**303.062**	**267.076**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
1. RECEITAS	**9.713.755**	**8.967.131**
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	**9.752.807**	**9.065.765**
Fornecimento de energia elétrica	8.892.918	8.274.251
Outras receitas	141.852	121.791
Receita relativa à construção de ativos próprios	718.037	669.723
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(39.052)	(98.634)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.979.614)**	**(4.569.567)**
Materiais	(262.653)	(246.391)
Outros custos operacionais	(253.116)	(167.846)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.601.577)	(3.358.100)
Serviços de terceiros	(862.268)	(797.230)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**4.734.141**	**4.397.564**
4. RETENÇÕES	**(445.411)**	**(340.828)**
Depreciação e amortização	(445.411)	(340.828)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**4.288.730**	**4.056.736**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**709.997**	**938.434**
Receitas financeiras	709.997	938.434
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**4.998.727**	**4.995.170**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**4.998.727**	**4.995.170**
Empregados (Colaboradores)	**257.887**	**277.502**
Remunerações	186.128	213.273
FGTS	4.558	4.493
Outros encargos sociais	8.465	7.893
Previdência privada	10.658	9.424
Auxílio-alimentação	24.372	13.412
Convênio assistencial e outros benefícios	10.355	12.939
Participação nos resultados	13.351	16.068
Tributos (Governo)	**3.530.072**	**3.242.846**
Federais	**658.465**	**529.166**
Imposto de renda e contribuição social	143.342	98.310
COFINS	400.464	366.308
PIS	86.943	79.527
INSS	25.435	24.672
Encargos sociais - Outros	2.281	(39.651)
Estaduais	**2.176.721**	**1.946.399**
ICMS	2.176.670	1.946.365
Outros	51	34
Municipais	**6.805**	**5.567**
ISS	4.189	3.681
IPTU	1.589	1.686
Outros	1.027	200
Encargos setoriais	**688.081**	**761.714**
CDE - Conta de desenvolvimento energético	628.684	747.874
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	51.309	6.221
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.088	7.619
Remuneração de capitais de terceiros	**931.510**	**1.303.576**
Juros e variações monetárias	200.186	142.710
Outras despesas financeiras	730.511	1.147.681
Aluguéis	813	13.185
Remuneração de capitais próprios	**279.258**	**171.246**
Dividendo mínimo obrigatório	66.338	40.671
Reserva de reforço de capital de giro	147.958	141.392
Reserva de lucro	64.962	(10.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL") , vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Ampla hoje é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia. A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Enel Distribuição Rio assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas. Em 19 de fevereiro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. **1.1 Recebimento disputa judicial Furnas:** O montante de R$ 103.625 refere-se à segunda parcela incontroversa recebida em razão de uma disputa judicial com Furnas (vide nota 27), cujo objeto foi a declaração de nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, todas de 1986. As Portarias estabeleceram, conforme o caso, novas "Tarifas a Medidor da Supridora Furnas" e novas "Tarifas de Repasse de Suprimento de Itaipu", tanto na modalidade de Demanda quanto de Consumo, violando os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então chamado Plano Cruzado. A Companhia já havia levantado o principal em 2017 (primeira parcela incontroversa) e a discussão prosseguiu devido às divergências quanto aos critérios de atualização do saldo. É importante mencionar que a Companhia segue em discussão judicial sobre outros itens de correção do saldo, para os quais ainda não há um consenso, embora haja uma decisão de primeira instância, ocorrida em janeiro de 2020, rejeitando a impugnação de Furnas e determinando o pagamento da diferença apurada, porém, tal decisão está suspensa, aguardando do julgamento do recurso apresentado por Furnas. Por se tratar de parte controversa do caso, a Companhia classifica essa discussão como ativo contingente, não tendo efetuado nenhum registro (a estimativa da Companhia é que essa parte, ainda controversa, corresponde ao valor de R$ 90.000, data base janeiro/2020). **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das Demonstrações Contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). **2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As Demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R$), moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas Demonstrações Contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. **2.3. Receita de contratos com clientes:** As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com cliente ("CPC 47"), equivalente à norma internacional IFRS 15, a aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. **Receita de distribuição:** As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos. Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresenta líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada de TUSD. **Receita de construção:** A interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Os ativos gerados e estabelecidos através de contratos de concessão são determinados e segregados como a seguir: • Ativos financeiros: corresponde à parcela estimada dos investimentos que não será totalmente amortizada até o final da concessão, em que a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público; • Ativos intangíveis: representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores à medida que a infraestrutura do serviço público é utilizada ao longo do contrato da concessão. Desta forma, ao longo da concessão tais ativos são remunerados por meio do WACC regulatório (juros remuneratórios sobre o investimento realizado), que de acordo com o CPC 47, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria. Tendo em vista os fatos supracitados, os ativos contratuais em construção ou de melhoria, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão são classificados como ativo contratual, pois a Companhia até a conclusão da construção não tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, incondicionalmente, pela reversão da infraestrutura do serviço público. Adicionalmente, a margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual ou ativo intangível é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. **Classificação – Ativos e passivos financeiros:** A Companhia adotou o CPC 48, e dessa forma, seus ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos financeiros e ativos contratuais:** O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. **Instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: • Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); • Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); **(a) Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como Resultados Financeiros. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

resultados abrangentes. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. **(b) Hedge de valor justo:** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **(c) Ineficácia do hedge:** A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo. A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros pode ocorrer devido: • Ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; • Diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos. **2.5. Ativos e passivos financeiros setoriais:** Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada. De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços. **2.6. Ativo indenizável (concessão):** O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). **Uso de estimativas:** A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Dessa forma, nenhuma perda para redução ao provável valor de recuperação é necessária. **2.7. Intangível:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada. **2.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direto legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica. **2.9. Benefício a empregados - Planos de benefício definido:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as Demonstrações Contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. **2.10. Provisão para processos judiciais e outros:** As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019:** A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, intepretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: **CPC 06 (R2) | IFRS 16 – Arrendamentos:** A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impacto na adoção inicial:	**Terreno**	**Imóveis**	**Veículos**	**Total**
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	**833**	**44.882**	**2.958**	**48.673**
Passivo de arrendamento	**833**	**44.882**	**2.958**	**48.673**

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:	**31.12.2019**
Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	**(1.502)**
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	**1.846**

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento. As seguintes normas alteradas e interpretações não geraram impactos significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **Interpretação ICPC 22 | IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro**: A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), base de cálculo prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou e concluiu que não há incertezas significativas quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício anteriores. **CPC 48 | IFRS 09: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**: De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Tais alterações não impactam as Demonstrações Contábeis da Companhia. **Alterações ao CPC 33 (R1) | IAS 19: Alterações, reduções ou liquidação de planos:** As alterações ao CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 19 abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve: • Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. • Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do *asset ceiling*. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do *asset ceiling* após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes. As mudanças à norma mencionada aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações sendo permitida sua aplicação antecipada, tais mudanças não impactaram a Companhia, uma vez que os eventos determinados na norma supracitada não tiveram ocorrência ainda, e dessa forma, a medida que ocorrerem, é provável que impactem os planos de benefícios a empregados mantidos pela Companhia. Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis as atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis. **2.12. Reclassificação de saldos comparativos:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de suas Demonstrações Contábeis, procedeu às reclassificações na DVA e DFC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente autorizados em 20 de fevereiro de 2019. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido. Tais reclassificações podem ser assim resumidas: Na Demonstração do Valor Adicionado: (i) Custo de construção na DVA - os componentes foram alocados seguindo-se suas respectivas naturezas. (ii) Créditos de PIS e COFINS – deixam de ser apresentados líquidos nas despesas e passam a compor a distribuição do valor para o Governo (tributos federais). Na Demonstração do Fluxo de Caixa: (iii) Pagamento e recebimento de juros – reclassificados das atividades de financiamento para as atividades operacionais, visto que os mesmos entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo do exercício.

	DVA - 2018			
	Original-mente apresen-tado	**Custo de Constru-ção (I)**	**Créditos de PIS e COFINS (II)**	**Reclas-sificado**
1. RECEITAS	**8.967.131**	–	–	**8.967.131**
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.367.859)**	**97.671**	**(299.379)**	**(4.569.567)**
Materiais	(20.163)	(226.228)	–	(246.391)
Custo de construção	(669.723)	669.723	–	–
Outros custos operacionais	(166.732)	–	(1.114)	(167.846)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.084.511)	–	(273.589)	(3.358.100)
Serviços de terceiros	(426.730)	(345.824)	(24.676)	(797.230)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**4.599.272**	**97.671**	**(299.379)**	**4.397.564**
4. RETENÇÕES	**(314.717)**	–	**(26.111)**	**(340.828)**
Depreciação e amortização	(314.717)	–	(26.111)	(340.828)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**4.284.555**	**97.671**	**(325.490)**	**4.056.736**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**938.434**	–	–	**938.434**
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**5.222.989**	**97.671**	**(325.490)**	**4.995.170**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**5.222.989**	**97.671**	**(325.490)**	**4.995.170**
Empregados (Colaboradores)	**179.831**	**97.671**	–	**277.502**
Remunerações	115.602	97.671	–	**213.273**
Outras distribuições para empregados	**64.229**	–	–	**64.229**
Tributos (Governo)	**3.568.336**	–	**(325.490)**	**3.242.846**
Federais	**854.656**	–	**(325.490)**	**529.166**
COFINS	633.737	–	(267.429)	**366.308**
PIS	137.588	–	(58.061)	**79.527**
Outros impostos	**83.331**	–	–	**83.331**
Estaduais	**1.946.399**	–	–	**1.946.399**
Municipais	**5.567**	–	–	**5.567**
Encargos setoriais	**761.714**	–	–	**761.714**
Remuneração de capitais de terceiros	**1.303.576**	–	–	**1.303.576**
Remuneração de capitais próprios	**171.246**	–	–	**171.246**

	DFC - 2018		
	Original-mente apresen-tado	**Reclassi-ficação (III)**	**Reclas-ificado**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**540.928**	**23.122**	**564.050**
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(640.246)**	–	**(640.246)**
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	**60.479**	**(23.122)**	**37.357**
Variação no caixa líquido da Companhia	(38.839)	–	(38.839)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	305.915	–	305.915
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**267.076**	–	**267.076**

A seguir são apresentadas com maiores detalhes:

	DFC - 2018		
	Original-mente apresen-tado	**Reclassi-ficação (III)**	**Reclas-ificado**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	–	**(97.085)**	**(97.085)**
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	–	(43.675)	(43.675)
Pagamentos de juros de debêntures	–	(53.410)	(53.410)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	**(97.085)**	**97.085**	–
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(43.675)	43.675	–
Pagamentos de juros de debêntures	(53.410)	53.410	–

2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019: As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas não ainda em vigor até a data das Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro**: O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos: • Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites; • Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos; • Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas Demonstrações Contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); • Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e • Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e notas explicativas. Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que "informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das Demonstrações Contábeis de propósito geral tomam como base nessas Demonstrações Contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade". As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das Demonstrações Contábeis e as informações divulgadas. As alterações realizadas são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia não há expectativa de que impactos significativos sejam identificados. A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não impactarão de forma significativa suas práticas contábeis e consequentemente as Demonstrações Contábeis. **3. Revisão Tarifária Periódica, extraordinária e reajuste tarifário anual: Reajuste tarifário anual de 2019:** A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 12 de março de 2019, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2019 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2019. A ANEEL aprovou um reajuste de +9,70% composto por (i) reajuste econômico de +4,73%, sendo 4,04% de Parcela A e 0,69% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +6,47%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de –1,50%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +9,70%. O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2019	
Encargos Setoriais	0,14%
Energia Comprada	4,43%
Encargos de Transmissão	–0,72%
Receitas irrecuperáveis	0,19%
Parcela A	**4,04%**
Parcela B	**0,69%**
Reajuste Econômico	**4,73%**
CVA Total	9,43%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	–2,96%
Reajuste Financeiro	**6,47%**
Reajuste Total	**11,20%**
Componentes Financeiros do Processo Anterior	–1,50%
Efeitos para o consumidor	9,70%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos: **(i) Parcela A**: Reajustada em 6,04%, representando 4,04% no reajuste econômico com os seguintes componentes: • Encargos setoriais – aumento de 0,79%, representando 0,14% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 35,18% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"); • Energia comprada – aumento de 11,71%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013), de Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa 4,43% no reajuste econômico; • Encargos de transmissão – redução de 7,13% decorrente principalmente da redução da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando –0,72% no reajuste econômico; • Receitas Irrecuperáveis – aumento de 18,32% decorrente dos novos valores regulatórios definidos após a conclusão da revisão tarifária de 2018. Este item representou 0,19% no reajuste econômico. **(ii) Parcela B:** Reajustada em 2,07%, representando uma participação de 0,69% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes: • IPCA de 3,82%, no período de 12 meses findos em março de 2018; e • Fator X de 0,69%, composto por: – Componente X–Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,87%; – Componente X–Q (qualidade do serviço) de –0,19%; e – Componente X–T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia. **(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R$ 351.265, dentre os quais destaca–se: R$ 520.391 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), neutralidade de Encargos Setoriais de R$ 29.352, Sobrecontratação de R$ 229.585 negativo, Financeiro Eletronuclear negativo de R$ 90.387, recálculo Revisão Tarifária de 2018 de R$ 21.819 e Previsão de Risco Hidrológico de R$ 159.088. Vale destacar que o financeiro da Eletronuclear decorre de decisão proferida pelo Despacho nº 695/2019, de 12 de março de 2019, que manteve a decisão do Despacho nº 2.741/2018, de modo a reverter para modicidade tarifária, no processo de Reajuste Tarifário de 2019 da Enel RJ, o valor de R$ 90.387. Já o financeiro sobre o recálculo revisão tarifárias de 2018, refere–se à aprovação pela ANEEL do resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Enel RJ, ocorrida em 2018, dado que a Base de Remuneração Regulatória (BRR) e a trajetória de perdas não técnicas haviam sido definidas de forma provisória. Com a definição da BRR, houve a necessidade de corrigir a base tarifária econômica em R$ 20.052 em DRA, além da consideração de um componente financeiro de R$ 21.819 (a preços de mar/18). Ademais, foi fixado o referencial regulatório para perdas de energia para os reajustes de 2019 a 2022. O reajuste tarifário médio de +9,70% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 9,65% e 9,72% para alta e baixa tensão, respectivamente. **Reajuste tarifário de 2019 – Republicação das Tarifas:** Em 26 de março de 2019, a ANEEL decidiu republicar as tarifas da Enel RJ em virtude da quitação antecipada da CDE Conta ACR, o que gerou um reajuste médio 7,59% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição percebido pelos consumidores, sendo de 7,89% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 7,49% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT). Tais tarifas são válidas a partir de 1º de abril de 2019. O índice final é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2019 Republicação	
Encargos Setoriais	0,14%
Energia Comprada	4,43%
Encargos de Transmissão	–0,72%
Receitas irrecuperáveis	0,18%
Parcela A	**4,03%**
Parcela B	**0,69%**
Reajuste Econômico	**4,72%**
CVA Total	7,34%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	–2,96%
Reajuste Financeiro	**4,38%**
Reajuste Total	**9,10%**
Componentes Financeiros do Processo Anterior	–1,51%
Efeitos para o consumidor	7,59%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	**31.12.2018**
Caixa e contas correntes bancárias	**38.136**	**71.228**
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	86.134	28.740
Operações compromissadas	129.854	135.568
	215.988	164.308
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos aberto	25.668	18.644
Operações compromissadas	23.270	12.896
Total de fundos de investimento não exclusivos	**48.938**	**31.540**
Aplicações financeiras	**264.926**	**195.848**
Total	**303.062**	**267.076**

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. **5. Títulos e valores mobiliários**

	31.12.2019	**31.12.2018**
Fundos de investimentos não exclusivos	**73.186**	65.431
Fundos de investimentos exclusivos	**33.072**	16.346
Títulos públicos	19.584	16.346
LF – Letra Financeira	13.488	–
Total	**106.258**	81.777

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

6. Consumidores e outras contas a receber: A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	**Vencidos**				
	até 30 dias	**até 90 dias**	**mais de 360 dias**	**Total**	**PECLD**	**Total 31.12.2019**
CIRCULANTE						
Fornecimento faturado	498.376	337.954	1.000.813	1.837.143	(738.782)	1.098.361
Receita não faturada	274.315	–	–	274.315	(6.512)	267.803
Baixa renda – subsidio CDE	1.782	–	–	1.782	–	1.782
Encargo de uso de rede (a)	3.277	2.694	–	5.971	–	5.971
Parcelamento de débitos	–	–	109.004	109.004	(31.984)	77.020
Agente de cobrança da iluminação pública	138	126	3.919	4.183	(4.183)	–
Compartilhamento de uso mútuo	–	6.554	35.421	41.975	(24.853)	17.122
TOTAL – CIRCULANTE	**777.888**	**347.328**	**1.149.157**	**2.274.373**	**(806.314)**	**1.468.059**
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores – distribuição de energia:						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	–	–	4.136	4.136	(4.136)	–
Parcelamento de débitos	–	–	63.668	63.668	(39.542)	24.126
TOTAL – NÃO CIRCULANTE	–	–	**67.804**	**67.804**	**(43.678)**	**24.126**
TOTAL – CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	**777.888**	347.328	**1.216.961**	**2.342.177**	**(849.992)**	**1.492.185**

	A vencer	**Vencidos**				
	até 30 dias	**até 90 dias**	**mais de 360 dias**	**Total**	**PECLD**	**Total 31.12.2018**
CIRCULANTE						
Fornecimento faturado	331.605	197.299	760.639	1.289.543	(612.830)	676.713
Receita não faturada	118.375	–	–	118.375	(4.729)	113.646
Baixa renda – subsídio CDE	7.104	–	–	7.104	–	7.104
Encargo de uso de rede (a)	–	–	90.832	90.832	–	90.832
Parcelamento de débitos	–	–	91.384	91.384	(67.113)	24.271
Agente de cobrança da iluminação pública	–	127	3.229	3.356	(3.356)	–
Compartilhamento de uso mútuo	2.868	6.450	28.893	38.211	(36.328)	1.883
TOTAL – CIRCULANTE	**459.952**	**203.876**	**974.977**	**1.638.805**	**(724.356)**	**914.449**
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores – distribuição de energia:						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	–	–	4.136	4.136	(4.136)	–
Parcelamento de débitos	–	–	101.206	101.206	(66.613)	34.593
TOTAL – NÃO CIRCULANTE	–	–	**105.342**	**105.342**	**(70.749)**	**34.593**
TOTAL – CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	**459.952**	**203.876**	**1.080.319**	**1.744.147**	**(795.105)**	**949.042**

continua

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

a) Contrato de CUSD com a Eletronuclear: A partir de fevereiro de 2019, foi substancialmente faturado em 11 parcelas, nos moldes previstos no Despacho no. 2.741/2018, o valor correspondente a energia medida, em KWh, nos pontos de conexão, que estavam associadas ao consumo próprio da Eletronuclear, correspondente ao período de 19 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2018, a preços de novembro de 2018, líquido de impostos. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2018	Adições	Baixas	31.12.2019
PECLD sobre contas a receber	(795.105)	(135.094)	80.207	(849.992)
PECLD sobre outras contas a receber	(18.622)	(112)	7.134	(11.600)
	(813.727)	(135.206)	87.341	(861.592)

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. **7. Subvenção CDE - desconto tarifário:** Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário,sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	31/12/2019	31/12/2018
CDE compensação - liminar	295.284	290.885
Previsão CDE (mensal) ciclo corrente	–	16.080
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(2.398)	8.590
CDE a receber - diferença ciclo anterior	2.981	6.543
	295.867	322.098

Em dezembro de 2019 a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R$ 18.292 com deságio de R$ 130. a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsídio baixa renda - CDE: Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R$ 295.284 (R$ 290.885 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

8. Tributos a compensar

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	30.925	–	15.741	–
ICMS (a)	82.175	87.433	92.474	104.458
PIS e COFINS	708	–	9.259	–
Outros tributos (b)	29.638	–	28.359	–
Total	143.446	87.433	145.833	104.458

a) Em 31 de dezembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R$ 99.396 referente à Lei Complementarnº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R$ 14.208 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R$ 25.559 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R$ 2.689 refere-se a créditos de compra de energia, R$ 22.797 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e R$ 4.959 de Incentivos culturais. b) Outros tributos é composto de R$ 26.895 referente ao FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior compensação. O montante de R$ 2.743 refere-se a outros tributos. **9. Ativos e passivos financeiros setoriais:** Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) regulatório Líquido	31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	31.12.2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA	365.801	450.086	(470.356)	(145.561)	38.016	237.986	86.256	151.730	206.894	31.092
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	431.205	694.177	(626.448)	(145.561)	36.768	390.141	107.201	282.940	332.161	57.980
Proinfa	1.157	791	(2.509)	-	(548)	(1.109)	416	(1.525)	(796)	(313)
Transporte Rede Básica	3.485	30.664	(5.379)	-	546	29.316	1.183	28.133	23.551	5.765
Transporte de Energia - Itaipu	7.436	221	(6.796)	-	7.904	8.765	1.451	7.314	7.266	1.499
ESS	(96.364)	(200.927)	189.043	-	(7.783)	(116.031)	(28.217)	(87.814)	(98.036)	(17.995)
CDE	18.882	(74.840)	(18.267)	-	1.129	(73.096)	4.222	(77.318)	(57.252)	(15.844)
Demais passivos regulatórios	(142.612)	(170.421)	243.660	-	(4.093)	(73.466)	(39.610)	(33.856)	(68.832)	(4.634)
PIS/COFINS alíquota efetiva	32.740	(23.474)	-	-	-	9.266	-	9.266	9.266	-
Neutralidade da Parcela A	(21.898)	58.751	(34.267)	-	5.015	7.601	4.892	2.709	7.046	555
Sobrecontratação de Energia	(75.592)	(147.665)	206.381	-	(12.857)	(29.733)	(38.264)	8.531	(31.481)	1.748
Devoluções Tarifárias	(37.747)	(65.632)	55.927	-	5.922	(41.530)	3.806	(45.336)	(33.677)	(7.853)
Demais ativos e passivos setoriais	(40.115)	7.599	15.619	-	(2.173)	(19.070)	(10.044)	(9.026)	(19.986)	916
Total ativo (passivo) regulatório líquido	223.189	279.665	(226.696)	(145.561)	33.923	164.520	46.646	117.874	138.062	26.458
Total ativo circulante	229.300									
Total passivo não circulante	6.111									
Total ativo líquido	223.189									

10. Ativo indenizável (concessão): O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). Em 31 de dezembro de 2019 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	3.378.495	2.864.913
Transferências do ativo intangível	190.573	379.965
Marcação a mercado - ativo indenizável	44.087	133.617
Saldo Final	3.613.155	3.378.495

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **11. Imobilizado:** O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica bem como aos direitos de uso do ativo arrendado conforme CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

Ativo (passivo) regulatório Líquido	31.12.2018	Adoção inicial IFRS 16	Depreciação/ Amortização	Adição	Remensuração	Baixa	Transferência	Reclassificação	31.12.2019
Imobilizado em serviço									
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	675	–	–	–	–	–	–	–	675
Máquinas e equipamentos	125.591	–	–	–	–	(2.475)	7.112	–	130.228
Móveis e utensílios	31.894	–	–	–	–	–	4.318	–	36.212
Subtotal	158.160	–	–	–	–	–	11.430	–	167.115
Depreciação acumulada									
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(21)	–	(43)	–	–	–	–	(23)	(87)
Máquinas e equipamentos	(91.712)	–	(6.794)	–	–	2.475	–	18	(96.013)
Móveis e utensílios	(18.814)	–	(1.910)	–	–	–	–	5	(20.719)
Subtotal	(110.547)	–	(8.747)	–	–		–	–	(116.819)
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos	6.630	–	–	6.893	–	–	(7.112)	–	6.411
Móveis e utensílios	6.932	–	–	4.318	–	–	(4.318)	–	6.932
Subtotal	13.562	–	–	11.211	–	–	(11.430)	–	13.343
Total do imobilizado	61.175	–	(8.747)	11.211	–	–	–	–	63.639
Ativo de direito de uso									
Terrenos	–	379	(175)	606	128	–	–	–	938
Imóveis	–	45.384	(9.627)	968	4.344	–	–	–	41.069
Veículos e outros meios de transporte	–	2.910	(1.663)	–	–	–	–	–	1.247
Subtotal	–	48.673	(11.465)	1.574	4.472	–	–	–	43.254
Total	61.175	48.673	(20.212)	12.785	4.472	–	–	–	106.893

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	3,33%

Os ativos imobilizados originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela abaixo demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2019:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	5,58
Imóveis	6,40
Veículos e outros meios de transporte	0,83

12. Intangível

	31/12/2019				31/12/2018
Em Serviço	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	5.897.026	(3.245.209)	(158.944)	2.492.873	2.541.981
Software	329.157	(174.398)	–	154.759	128.914
Bens de Renda	20.054	(17.970)	–	2.084	2.395
Total	6.246.237	(3.437.577)	(158.944)	2.649.716	2.673.290

	Em Serviços			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.642.945	(2.688.917)	(161.661)	2.792.367
Baixas	(66.162)	42.443	–	(23.719)
Amortização	–	(350.609)	17.657	(332.952)
Transferência dos ativos contratuais	636.480	–	(20.327)	616.153
Transferências para ativo indenizável	(366.726)	–	(13.239)	(379.965)
Reclassificações do imobilizado	1.426	(20)	–	1.406
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.847.963	(2.997.103)	(177.570)	2.673.290
Baixas	(5.595)	3.351	–	(2.244)
Amortização	–	(443.825)	18.626	(425.199)
Transferência dos ativos contratuais	594.442	–	–	594.442
Transferências para ativo indenizável	(190.573)	–	–	(190.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.246.237	(3.437.577)	(158.944)	2.649.716

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil regulatória estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de estimativa da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável.

Distribuição	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

13. Ativos Contratuais: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,23% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 9,25% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2019			31/12/2018
Em Curso	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	829.400	(100.841)	728.559	609.460
Software	72.518	–	72.518	68.022
Total	901.918	(100.841)	801.077	677.482

	Em curso		
	Custo	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	718.218	(94.306)	623.912
Adições	658.608	(21.709)	636.899
Capitalização de juros de empréstimos	32.824	–	32.824
Transferências para ativo intangível	(636.480)	20.327	(616.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	773.170	(95.688)	677.482
Adições	703.897	(5.153)	698.744
Capitalização de juros de empréstimos	19.293	–	19.293
Transferências para ativo intangível	(594.442)	–	(594.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901.918	(100.841)	801.077

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Suprimento de energia elétrica	31/12/2019	31/12/2018
Compra de Energia	452.456	389.084
Compra de Energia com partes relacionadas	1.422	709
Encargo de Uso da Rede	56.260	39.429
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	417	491
Materiais e serviços	356.211	302.545
Materiais e serviços com partes relacionadas	32.735	26.610
	899.501	758.868
Circulante	899.501	758.868

15. Obrigações fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	7.197	532
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	104.807	53.245
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.427	43.944
Programa de integração social - PIS	9.083	9.404
Imposto sobre serviços - ISS	2.871	1.776
INSS s/ terceiros	7.247	6.104
Outros (c)	29.018	4.757
Total circulante	202.650	119.762

a) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por provisões para imposto de renda de R$53.527 e contribuição social de R$19.789 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R$ 66.119, sendo R$ 48.274 de imposto de renda e R$ 17.845 de contribuição social. b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e é deduzido os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento. O aumento no ICMS a pagar é principalmente devido ao aumento do faturamento verificado no 3º decêndio de dezembro de 2019. c) O valor de Outros é composto principalmente por IRRF sobre novação de contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e a Enel Brasil em dezembro de 2019. O pagamento do referido imposto ocorreu em janeiro de 2020 no montante de R$ 23.282.

16. Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira:	31/12/2019	31/12/2018	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Taxas
Citibank N.A (II)	390.539	376.925	28/03/2018	29/03/2021	Bullet	LIBOR + 0,47%
Itaú BBA International PLC	311.182	299.146	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,2%
Santander Chile	–	295.048	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Citibank N.A (III)	–	143.984	24/12/2018	24/06/2019	Bullet	LIBOR + 0,77%
Scotiabank	217.446	–	11/07/2019	15/07/2020	Bullet	2,1%
Total moeda estrangeira	919.167	1.115.103				
Moeda nacional:						
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	–	25.431	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2012-2013)	28.246	36.510	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.223	36.555	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.228	36.568	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	527	1.050	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	–	23.164	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9.5%
BNDES (Capex 2014-2015)	–	89.159	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	–	110.593	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	–	144.811	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	–	81.684	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	–	18.770	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	–	92.428	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	–	52.278	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	–	12.013	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	–	66.433	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	–	37.575	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	–	8.634	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNP PARIBAS 4131	413.720	–	04/02/2019	07/02/2022	Bullet	7,1%
Financiamentos - Moeda nacional	466.944	873.656				
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 20)	989.956	914.662	29/12/2015	31/03/2020	Bullet	CDI + 0,57% a 0,7%
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (Vide nota 20)	–	108.791	09/02/2018	10/12/2019	Bullet	CDI + 2,75% aa
Empréstimos com partes relacionadas	989.956	1.023.453				
Resultado das operações de Swap - (vide nota 29.e)	(132.540)	(98.833)				
Total de empréstimos e financiamentos	2.243.527	2.913.379				
Circulante	1.260.803	1.761.231				
Não circulante	1.115.264	1.250.981				
	2.376.067	3.012.212				

Em 04 de fevereiro de 2019 foi contratada uma operação na modalidade captação externa (Lei nº 4.131), porém já em reais com o banco BNP, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia no montante de R$ 400.000. O contrato possui uma taxa fixa de 7,14% a.a. base 360 e vencimento para 07 de fevereiro de 2022. Em 11 de julho de 2019 foi contratada uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia no montante de R$ 200.000. O contrato possui uma taxa fixa de 2,10% a.a. base 360 e vencimento para 15 de julho de 2020. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais com um custo fixo em reais de 6,05% a.a. base 252, dias úteis. Em julho de 2019, a Companhia realizou o pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 (montante total de R$ 719.000, com vida média de 1,57 e custos atrelados a TJLP, Selic e IPCA, com spreads de 3,10% a 9,50%), com o objetivo de otimizar os gastos financeiros. Para isto, foram emitidas debêntures simples no valor de R$ 1 bilhão, com prazo de 5 anos, e custo de CDI + 0,49% a.a. Até 31 de dezembro de 2019 foi utilizado o saldo de duas linhas garantidas disponíveis: R$ 79.633 com o Bradesco no período de 25 de março a 12 de abril de 2019 e o valor de R$ 6.300 com o Santander no período de 25 de março a 26 de março de 2019. Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.315.944	581.165	445.287	669.816
Captações	103.130	400.000	200.000	–
Encargos provisionados	153.813	–	33.970	–
Encargos pagos	(103.550)	–	(35.571)	
Variação monetária e cambial	–	11.262	9.767	26.709
Transferências	572.473	(572.473)	(183)	183
Amortizações	(991.557)	–	(429.309)	–
Juros incorporados ao principal	(13.307)	–	–	–
Ajuste a valor de mercado	–	–	(104)	(1.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310

Abaixo seguem as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor contratado	Desembolsado	Garantias
Empréstimos				
Citibank N.A (II)	Capital de Giro	320.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Fiança
CITIBANK 4131 III	Capital de Giro	143.580	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	100%	-
Financiamentos				
BNDES (Capex 2012-2013) * Vide nota 20	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
Partes relacionadas				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	175.703	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588		

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração Apuração dos índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
SCOTIABANK	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013: • Endividamento Financeiro Liquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários). • LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses). Contratos Citibank N.A, Itaú BBA e Scotiabank.: • Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa. • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses). A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2019			
2021	2022	2023	Total não Circulante
703.566	408.257	3.441	1.115.264

17. Debêntures

	31/12/2019	31/12/2018	Emissão	Vencimento Inicial	Vencimento Final	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
1ª série - 9ª emissão	601.170	601.511	15/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
1ª série - 10ª emissão	1.015.782	–	12/04/2019	12/04/2019	15/03/2024	108% CDI	Anual	1.000.000
(-) Custo de transação	(2.419)	(2.074)						
Total de debêntures	1.614.533	599.437						
Circulante	615.915	1.511						
Não circulante	998.618	597.926						
	1.614.533	599.437						

Em 31 de dezembro de 2019 as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Abaixo segue disposta a movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.511	597.926	599.437
Captações	–	1.000.000	1.000.000
Encargos provisionados	84.575	–	84.575
Encargos pagos	(69.134)	–	(69.134)
Constituição custo de transação	–	(1.626)	(1.626)
Apropriação custo de transação	1.037	244	1.281
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533

Em 15 de março de 2019 se realizou a 10ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única com recursos captados em R$ 1 bilhão, tendo como data de liquidação 12 de abril de 2019. Os recursos liquidados captados tiveram como destinação o reperfilamento de dívidas da Companhia, tal como financiamentos contratados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), pré-pagos em 15 de julho de 2019, bem como ao reforço do capital de giro. O pagamento será realizado de forma semestral a partir do penúltimo ano do contrato. Serão três parcelas de R$ 333.333 que ocorrerão em

continua

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

15 de março de 2023, 15 de setembro de 2023 e 15 de março de 2024. A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019.

9ª e 10ª emissão Obrigações especiais financeiras	Limites
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50
Dívida financeira líquida / Divida financeira líquida + PL	0,60

• Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados) e reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa. • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses). Abaixo é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2021	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	–	–	666.667	333.333	1.000.000
(–) Custo de transação	(325)	(325)	(325)	(407)	(1.382)
Total a amortizar	**(325)**	**(325)**	**666.342**	**332.926**	**998.618**

18. Obrigações por arrendamentos: Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme expediente prático determinado pela norma em questão. Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contabil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa. A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronuciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresenta materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. Em atendimento ao oficio, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2019	Valor Nominal 31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	1.044	1.427	6,4	Mensal	de 5,34% a.a. até 12,94% a.a.
Imóveis	43.991	56.077	5,58	Mensal	de 4,01% a.a. até 12,51% a.a.
Veículos e outros meios de transporte	1.612	1.659	0,83	Mensal	8,97%a.a.
Total	46.647	59.163			
Circulante	12.759	16.322			
Não circulante	33.888	42.842			
	46.647	59.164			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2020	10.086	(2.693)	7.393
2021	8.201	(2.163)	6.038
2022	6.185	(1.766)	4.419
2023	6.140	(1.380)	4.760
2024 em diante	12.229	(951)	11.278
	42.841	(8.953)	33.888

A seguir movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	–	–	–
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	39.856	8.817	48.673
Adições	–	1.574	1.574
Remensuração	4.472	–	4.472
Pagamentos	(12.370)	–	(12.370)
Transferências	(23.497)	23.497	–
Encargos provisionados	4.298	–	4.298
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.759	33.888	46.647

19. Taxas Regulamentares

	31.12.2019	31.12.2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	295.284	328.062
Programas de P&D e PEE	85.229	108.570
Outros	18.288	1.643
Total	398.801	438.275
Circulante	347.743	375.897
Não Circulante	51.058	62.378

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 7.

20. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2019 Ativo circulante	31.12.2019 Passivo circulante	31.12.2019 Passivo não circulante	31.12.2018 Ativo circulante	31.12.2018 Passivo circulante	31.12.2018 Passivo não circulante	Receita (Despesa) 31.12.2019	Receita (Despesa) 31.12.2018
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	–	–	463.222	–	–	429.975	(29.817)	(35.217)
Comissão (Propaganda/publicidade/ venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a setembro de 2019	103	3.371	–	81	905	–	(5.225)	(1.790)
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	1.931	1.230	–	–	–	–	–	–
	ENEL Green Power Brasil		100	–	–	–	445	–	–	–
	ENEL Brasil S.A.		–	18.959	–	–	–	–	–	–
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		–	–	–	–	244	–	–	–
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		–	633	–	–	612	–	(7.379)	(7.925)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		–	–	–	–	–	–	–	473
	ENEL Green Power Paranapanema		–	77	–	–	97	–	(886)	(1.121)
	ENEL Green Power Mourão		–	22	–	–	–	–	(249)	–
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		–	94	–	–	–	–	(855)	–
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		–	75	–	–	–	–	(572)	–
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A.	Até o final da concessão	–	302	–	–	–	–	(1.410)	–
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		–	102	–	–	–	–	(1.119)	–
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		–	117	–	–	–	–	(1.037)	–
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		–	–	–	–	–	–	(232)	–
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		–	–	–	–	–	–	(464)	–
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	–	162	–	–	161	–	–	–
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	–	417	–	–	491	–	(4.135)	(4.258)
	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2018	–	87.917	–	–	38.059	–	–	–
Dividendos	ENEL Américas S.A.	a dezembro de 2019	–	24.479	–	–	24.479	–	–	(3.252)
	ENEL Brasil S.A.		–	989.956	–	–	914.662	–	(77.505)	(79.827)
Mútuo(*)	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	2015 a 2020	–	–	–	–	108.791	–	(8.525)	(8.202)
	ENEL Brasil S.A.	07/02/2022	–	1.888	–	–	–	–	(1.937)	–
Comissão de Fiança	ENEL Américas S.A.	07/03/2019	–	–	–	–	–	–	(503)	–
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA		257	–	–	109	–	–	149	107
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	Até o final da concessão	–	403	–	–	–	–	(392)	–
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Itália		–	4.521	–	–	5.060	–	–	–
	ENEL Ibéra SLR	Até o final da concessão	–	1.387	–	–	–	–	–	–
	ENEL Distribuizione SPA		–	–	–	–	3.254	–	–	–
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.447	31	–	406	697	–	–	–
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		504	–	–	–	3	–	–	–
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	–	26	377	–	–	–
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		1.965	186	–	–	1.045	–	–	–
	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	23.654	–	–	339	15.324	–	–	(10.411)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	–	–	–	–	–	–
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		–	1.925						
	ENEL CIEN S.A.		65	–	–	–	–	–	–	–
			31.067	1.138.814	463.222	961	1.114.706	429.975	(142.093)	(151.423)
		(-) Benefícios pós-emprego	–	–	463.222	–	–	429.975	(29.817)	(35.217)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			31.067	1.138.814	–	961	1.114.706	–	(112.276)	(186.640)

A seguir são apresentados detalhes dos mútuos que foram referenciados (*): Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação do mútuo subordinado que possui com sua controladora Enel Brasil no montante de R$ 191.540, com nova data de vencimento para 31 de março de 2020 a uma taxa de CDI + 0,57%, de acordo com a anuência da ANEEL nº 2.979 que prevê que a taxa do contrato deve der definida a cada desembolso mediante apresentação de 3 (três) cotações com características semelhantes, sendo o custo do mútuo equivalente a menor cotação apresentada. Diferente da anuência anterior (nº 2.559) que previa a taxa de CDI + 1,65% a.a. Nessa novação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R$ 1.893. Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas (R$788.003), com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979. Nessa novação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R$ 3.690.

	31.12.2019 Circulante Encargo	31.12.2019 Circulante Principal	31.12.2019 Não circulante	31.12.2018 Circulante Encargo	31.12.2018 Circulante Principal	31.12.2018 Não irculante
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	–	196.029	–	–	182.723	–
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	2.234	791.693	–	99.148	632.791	–
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	–	–	–	8.203	100.588	–
Total de Empréstimos com partes relacionadas	**2.234**	**987.722**	**–**	**107.351**	**916.102**	**–**

	31.12.2019	31.12.2018
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas		
Enel Brasil Mútuo Subordinado	13.307	13.793
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	64.198	66.034
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.525	8.202
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	**86.030**	**88.029**

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Fortaleza	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	914.662	108.791	1.023.453
Encargos provisionados	64.198	8.524	72.722
Captações	3.690	–	3.690
Encargos pagos	(5.900)	(16.727)	(22.627)
Amortizações	–	(100.588)	(100.588)
Juros incorporado ao capital	13.306	–	13.306
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**989.956**	**–**	**989.956**

Remuneração da Administração: A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de curto prazo (salários/encargos/beneficios/bônus)	5.060	4.741
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	619	167
Total	**5.679**	4.908

21. Obrigações com benefícios pós-emprego: Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas: **a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido):** O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano. **• Patrocinadora** - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R$ 206 para cobertura das despesas administrativas; **• Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário; **• Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social. Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado desse compromisso é de R$ 79.393 de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida):** **• Patrocinadora** - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas. **• Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos. A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R$ 3.498 e R$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais. Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R$ 64.320, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros. **c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA):** A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário. **d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. **Avaliação atuarial:** Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 463.222 (R$ 429.975 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding). Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

e) Movimentações atuariais

	31.12.2019 PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	140.053	75.153	196.022	18.747	429.975
Custo do serviço corrente	–	328	709	793	1.830
Custos do serviço passado	–	–	–	(3.980)	(3.980)
Custo dos juros líquidos	7.965	6.402	16.284	1.316	31.967
Contribuições reais do empregador	(46.603)	(8.453)	(18.394)	(475)	(73.925)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	28.103	(1.219)	49.533	938	77.355
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Não Circulante	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222

• Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente da obrigação atuarial no inicio do exercício	1.340.378	1.262.343
Custo dos serviços correntes	1.830	1.806
Custos dos juros	113.757	116.224
Contribuição de participantes do plano	26	27
Custos do serviço passado	(3.980)	–
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	232.443	75.563
Benefícios pagos pelo plano	(118.263)	(115.585)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.566.191	1.340.378

	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo dos ativos do plano no inicio do exercício	933.966	866.404
Retorno esperado dos ativos do plano	81.790	82.813
Contribuições recebidas de participantes do plano	26	27
Contribuições do empregador	73.926	75.237
Benefícios pagos pelo plano	(118.263)	(115.585)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	133.471	25.070
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.104.916	933.966

• Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	1.566.191	1.340.378
Valor justo dos ativos	(1.104.916)	(933.966)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	461.275	406.412
(Ativo) passivo atuarial líquido	461.275	406.412
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	1.947	23.563
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	463.222	429.975
Não Circulante	463.222	429.975

• Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	31.12.2019	31.12.2018
Custo do serviço corrente bruto	1.830	1.806
Custos do serviço passado	(3.980)	–
Custo do serviço líquido	(2.150)	1.806
Juros sobre a obrigação atuarial	113.757	116.224
Rendimento esperado dos ativos no ano	(81.790)	(82.813)
Juros líquidos sobre o passivo	31.967	33.411
Total reconhecido na DRE	29.817	35.217

• Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Renda fixa	857.168	77,58%	633.640	67,84%
Renda variável	126.892	11.48%	90.092	9,65%
Investimentos imobiliários	107.250	9,71%	116.550	12,48%
Outros	13.606	1,23%	93.684	10,03%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.104.916	100%	933.966	100%

• Retorno real dos ativos dos planos

	31.12.2019	31.12.2018
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	232.443	75.563
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(133.470)	(25.070)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(21.617)	(72.940)
Montante reconhecido no exercício em ORA	(77.356)	22.447

• As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,28%	7,33%	6,81%	7,07%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,28%	7,33%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

• Despesa esperada para o exercício de 2020

	2020
Custo do serviço corrente	3.288
Custo dos juros	29.495
Total de despesas	**32.783**

• Análise de sensibilidade

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano de Pensão	
Taxa de Desconto	**(+0,50%)**	**(-0,50%)**	**(+0,50%)**	**(-0,50%)**	**(+0,50%)**	**(-0,50%)**	**(+0,50%)**	**(-0,50%)**
Impacto da obrigação do benefício definido	957.997	1.049.494	288.038	318.946	243.516	242.427	16.761	17.961
Total da obrigação do benefício definido	**957.997**	**1.049.494**	**288.038**	**318.946**	**243.516**	**242.427**	**16.761**	**17.961**

22. Provisão para processos judiciais e outros

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2019
Trabalhistas (a)	283.327	40.302	(54.271)	32.937	(16.818)	**285.477**
Cíveis (b)	283.636	207.742	(89.565)	29.809	(116.015)	**315.607**
Fiscais (c)	30.811	52	(7.701)	606	96	**23.864**
Regulatório (d)	4.430	9.238	(353)	–	(11.871)	**1.444**
Total	602.204	257.334	(151.890)	63.352	(144.608)	626.392

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia. **a) Riscos trabalhistas:** Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. **b) Riscos cíveis:** Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. **c) Riscos fiscais:** Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são: O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$ 14.150 (R$13.846 em 31 de dezembro de 2018). Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$ 6.255, valor total do auto de R$ 15.636, (R$ 6.136 e R$ 15.340 em 31 de dezembro de 2018) e de R$ 548, valor total do auto R$ 2.738 (R$536 e R$2.678 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente). **d) Riscos regulatórios:** O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. A ANEEL enviou no dia 21 de junho de 2019 o Certificado de Descumprimento Parcial do Temo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC n° 028/2016. O compromisso solicitado pela Companhia foi emitido em substituição à penalidade de multa aplicada por meio do Auto de Infração nº 101/2014-SFE, oriunda de Fiscalização de Qualidade Técnica de realizada em 2014 de valor nominal de R$ 17.884. Pelo TAC assinado, a Companhia se comprometia a investir o valor de R$ 21.461 visando, dentre outros compromissos, a melhoria dos indicadores de qualidade de determinados conjuntos elétricos. Para verificação do cumprimento do TAC, a ANEEL fiscalizou in loco no período entre 4 e 8 de junho de 2018, tendo como resultado o registro de 5 Não Conformidades. Após manifestação da Companhia, foi mantida pela ANEEL apenas uma não conformidade, que gerou multa de R$ 7.388. Destaca-se que, pela natureza do acordo firmado, não cabe recurso administrativo para o certificado de descumprimento. Desta forma o pagamento ocorreu, conforme prazo determinado, em 03 de julho de 2019. **Contingências passivas com risco possível:** A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	305.607	295.839
Cíveis	1.192.158	1.059.926
Fiscais	1.900.780	1.816.598
Juizados especiais	164.067	146.593
Total	**3.562.612**	**3.318.956**

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão: **Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN):** Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 1.300.168 (R$ 1.271.519 em 31 de dezembro 2018). **COFINS:** Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno que aguardam julgamento. Valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 169.437 (R$ 166.068 em 31 de dezembro de 2018). **Temas estaduais:** No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 270.604 em 31 de dezembro de 2018), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos; (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"). **Temas municipais:** No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo que juntos somam o valor de R$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 38.709 em 31 de dezembro de 2018). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R$ 12.367 e R$ 2.314 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R$ 12.112 e R$ 2.243 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente). A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$ 41.096 (R$ 39.399 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R$ 20.409 (R$ 15.944 em 31 de dezembro de 2018). **Ativo Contingente: Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS:** Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS e segue aguardando o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região do recurso de apelação apresentado pela União Federal. Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia. **Depósitos vinculados a litígios**: A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

continua

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	166.204	160.002
Cíveis	59.363	54.013
Fiscais	701	556
Total	**226.268**	**214.571**

23. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73	166.191.392	99,73
Outros	442.934	0,27	442.934	0,27
Total de ações em circulação	166.634.326	100	166.634.326	100

b) Capital Social Autorizado: Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **c) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a Companhia permaneça com o resultado positivo. **d) Reforço de capital de giro:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **e) Destinação dos resultados:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro do exercício	279.258	171.246
(-) Reserva legal	(13.963)	(8.562)
(+) Reversão de dividendos prescritos	56	–
Lucro ajustado	265.351	162.684
Dividendo mínimo obrigatório	(66.338)	(40.671)
	199.013	**122.013**
(+) Impacto inicial do IFRS 9	–	**4.564**
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	**(51.055)**	**14.815**
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	**147.958**	**141.392**

A Companhia mantém em seu passivo como dividendos a pagar com Enel Brasil S.A e Enel Américas o montante de R$ 21.758 e R$ 24.479, respectivamente, referentes ao lucro de 2014. A postergação do pagamento destes dividendos foi aprovada pela Holding para serem pagos até dezembro de 2020. Adicionalmente, o saldo remanescente de R$ 249 refere-se a dividendos prescritos a serem baixados. **f) Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R$ 697 (saldo negativo no montante R$ 2.807 em 31 de dezembro de 2018) conforme composição a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	1.056	(4.253)
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	(359)	1.446
Total	697	(2.807)

24. Lucro por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido no exercício	279.258	171.246
Número de ações (em milhares de ações)	166.634	166.634
Lucro por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	1,67587	1,02768

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos em 31 de dezembro de 2019.

25. Receita líquida

	31.12.2019			31.12.2018		
	Número de unidades consumidoras faturadas (não auditado)	MWh (não auditado)	R$	Número de unidades consumidoras faturadas (não auditado)	MWh (não auditado)	R$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.423.623	4.838.863	4.060.792	2.428.518	4.755.255	3.630.157
Industrial	3.455	225.582	232.249	3.784	273.536	267.157
Comercial	139.115	1.913.835	1.887.297	151.896	1.929.993	1.795.647
Rural	63.050	174.442	129.620	64.017	232.446	136.602
Poder público	13.794	508.553	480.401	13.759	486.173	400.220
Iluminação pública	1.880	559.281	335.596	1.878	567.066	307.275
Serviço público	1.981	300.135	225.545	1.930	302.716	157.769
Suprimento e revenda	24	502.620	100.493	24	439.670	79.892
Fornecimento faturado	**2.646.922**	**9.023.312**	**7.451.993**	**2.665.806**	**8.986.855**	**6.774.719**
Outras receitas – originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	–	–	**274.315**	–	–	**255.028**
(–) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	–	–	**(34.543)**	–	–	**(26.484)**
Total receitas – originadas de contratos com clientes	**2.646.922**	**9.023.312**	**7.691.765**	**2.665.806**	**8.986.855**	**7.003.263**
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	–	–	**52.969**	–	–	**171.317**
Subvenção baixa renda	–	–	**35.238**	–	–	**41.461**
Subvenção de recursos da CDE	–	–	**207.139**	–	–	**185.084**
Receita de uso da rede elétrica–consumidores livres–revenda	484	2.538.076	787.317	353	2.429.636	595.346
Receita de construção	–	–	718.037	–	–	669.723
Venda de Energia Excedente – MVE (a)	–	–	18.443	–	–	–
Outras receitas	–	–	100.047	–	–	277.780
Total outras receitas	**484**	**2.538.076**	**1.919.190**	**353**	**2.429.636**	**1.940.711**
Receita operacional bruta	**2.647.406**	**11.561.388**	**9.610.955**	**2.666.159**	**11.416.491**	**8.943.974**
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	–	–	**(2.176.670)**	–	–	**(1.946.365)**
COFINS – corrente	–	–	**(688.296)**	–	–	**(633.737)**
PIS – corrente	–	–	**(149.433)**	–	–	**(137.588)**
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	–	–	**(51.309)**	–	–	**(47.039)**
Ressarcimento P&D	–	–	**–**	–	–	**40.818**
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	–	–	**(628.684)**	–	–	**(747.874)**
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	–	–	**(8.088)**	–	–	**(7.619)**
ISS	–	–	**(4.189)**	–	–	**(3.681)**
Total das deduções da receita operacional bruta	–	–	**(3.706.669)**	–	–	**(3.483.085)**
Receita operacional líquida	**2.647.406**	**11.561.388**	**5.904.286**	**2.666.159**	**11.416.491**	**5.460.889**

(a) O Mecanismos de Venda de Excedentes (MVE) propicia que as distribuidoras comercializem excedentes de energia e, em caso de vendas relacionadas a montantes do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, que parte do benefício auferido seja revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário. Os agentes de distribuição com sobras contratuais de energia elétrica podem atuar como vendedores no MVE, e como compradores os consumidores livres, consumidores especiais, agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução que estejam adimplentes na CCEE no momento da declaração de intenção de compra.

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

	31.12.2019					31.12.2018				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	**(95.922)**	**–**	**(43.824)**	**–**	**(139.746)**	(91.929)	–	(52.557)	–	(144.486)
Material	**(13.591)**	**–**	**(2.368)**	**–**	**(15.959)**	(17.220)	–	(2.943)	–	(20.163)
Serviços de terceiros	**(366.096)**	**(15.419)**	**(64.381)**	**–**	**(445.896)**	(354.590)	(12.797)	(59.343)	–	(426.730)
Energia elétrica comprada para revenda	**(2.781.364)**	–	–	–	**(2.781.364)**	(2.570.202)	–	–	–	(2.570.202)
Encargos do uso do sistema de transmissão	**(522.756)**	**–**	**–**	**–**	**(522.756)**	(514.309)	–	–	–	(514.309)
Encargos de serviços do sistema	**(16.499)**	**–**	**–**	**–**	**(16.499)**	(12.693)	–	–	–	(12.693)
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	**14.218**	**–**	**–**	**–**	**14.218**	52.344	–	–	–	52.344
Depreciação e amortização	**(393.900)**	**–**	**(23.173)**	**–**	**(417.073)**	(293.804)	–	(20.913)	–	(314.717)
Custo na desativação de bens	**(21.641)**	**–**	**–**	**–**	**(21.641)**	(41.468)	–	–	–	(41.468)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	**–**	**(47.865)**	**–**	**–**	**(47.865)**	–	(98.634)	–	–	(98.634)
Recuperação de perdas (*)	–	**8.813**	–	–	**8.813**	–	–	–	–	–
Custo de construção	**(718.037)**	**–**	**–**	**–**	**(718.037)**	(669.723)	–	–	–	(669.723)
Provisão para processos judiciais e outros	**–**	**–**	**(103.546)**	**–**	**(103.546)**	–	–	(39.175)	–	(39.175)
Perda de recebíveis de clientes	**–**	**(87.339)**	**–**	**–**	**(87.339)**	–	(37.810)	–	–	(37.810)
Outras despesas operacionais	**(15.580)**	**–**	**(27.343)**	**–**	**(42.923)**	(19.295)	–	(44.090)	–	(63.385)
Receita de multas por impontualidade de clientes	**–**	**–**	**–**	**64.711**	**64.711**	–	–	–	53.791	53.791
Outras receitas operacionais	**–**	**–**	**–**	**11.916**	**11.916**	–	–	–	7.983	7.983
Subtotal	**(4.931.168)**	**(141.810)**	**(264.635)**	**76.627**	**(5.260.986)**	**(4.532.889)**	**(149.241)**	**(219.021)**	**61.774**	**(4.839.377)**

(*) Em 12 de dezembro de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emitiu o ofício número 828/2019 proferindo decisão favorável a Companhia para o pagamento de uma dívida com o estado no valor principal R$ 8.813, multa de R$ 2.218 e atualização R$ 4.764 totalizando o montante de R$ 15.795 , a origem deste montante é relacionada a precatórios do ano de 1994 e por este motivo a contrapartida relacionada ao caixa recebido é segregada entre despesa com PCLD, outras receitas operacionais e despesas financeiras. A disponibilidade financeira é devida à Companhia e foi obtida através de conta judicial, estando disponível para atender as necessidades de caixa de curto prazo em valor conhecido e mensurável, conforme determina CPC 03 (R2).

27. Resultado financeiro

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	20.575	11.253
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	41.205	28.637
Variação monetária	10.668	13.369
Receita de ativo indenizável	44.087	133.617
Atualização credito de Cofins	–	1.302
Variação cambial de dívida	144.815	191.617
Dívida - Marcação a mercado	29.091	64.427
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	209.855	377.294
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	34.235	48.724
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	34.230	71.946
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	33.923	8.628
Ganho disputa judicial Furnas	103.625	–
Outras receitas financeiras	10.322	5.054
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(6.634)	(4.443)
Subtotal	**709.997**	**951.425**
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(11.262)	(53.896)
Variação cambial de dívidas	(181.291)	(355.046)
Dívida - Marcação a mercado	(27.589)	(59.984)
Encargos de dívidas	(101.753)	(81.153)
Juros debêntures	(84.575)	(42.594)
Atualização de Provisão para processos judiciais e outros	(63.352)	(64.469)
Encargos fundo de pensão	(31.967)	(33.411)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(173.426)	(213.901)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(34.712)	(59.125)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(53.289)	(101.822)
Encargos de mútuos	(86.030)	(88.029)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	19.292	32.824
IOF/IOC	(4.986)	(9.750)
Encargos com venda de recebíveis	(13.486)	(102.284)
Custos pré-pagamento BNDES	(28.063)	–
Outras despesas financeiras	(54.208)	(70.743)
Subtotal	**(930.697)**	**(1.303.383)**
Total do resultado financeiro	**(220.700)**	**(351.958)**

28. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**422.600**	**422.600**	269.556	269.556
Alíquota nominal dos tributos	**15%**	**9%**	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R$ 20/mês	**10%**	**–**	10%	–
	(105.626)	**(38.034)**	(67.365)	(24.260)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	**1.317**	**–**	(84)	–
Permanentes - despesas e multas	**(694)**	**(305)**	(4.759)	(1.842)
Bônus Diretoria	**(528)**	**(190)**	(240)	(86)
Perdão de Dívida	**(31)**	**(11)**	(1.518)	(547)
Multas Regulatórias	–	–	(1.540)	(554)
Outras despesas indedutíveis	**(135)**	**(104)**	(1.461)	(655)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(105.003)**	**(38.339)**	(72.208)	(26.102)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(53.527)**	**(19.789)**	(3.374)	(1.303)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(51.476)**	**(18.550)**	(68.834)	(24.799)
Total	**(105.003)**	**(38.339)**	(72.208)	(26.102)
Alíquota efetiva	**24,85%**	**9,07%**	**26,79%**	**9,68%**

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
IR e CS sobre diferenças temporárias	**379.389**	434.426	**(55.036)**	(50.555)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**77.276**	108.524	**(31.248)**	12.011
Provisão para ações judiciais e regulatórias	**212.973**	204.749	**8.224**	(21.387)
Provisão para obsolescência de estoque	**–**	3.574	**(3.574)**	3.544
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	**(22.506)**	(21.004)	**(1.502)**	(41.383)
Prejuízo fiscal	**99.633**	131.629	**(31.996)**	(7.633)
Outras	**12.013**	6.954	**5.060**	4.293
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	**(304.443)**	(289.453)	**(14.990)**	(45.429)
Ativo indenizável (concessão)	**(304.443)**	(289.453)	**(14.990)**	(45.429)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	**74.946**	144.973	**(70.026)**	(95.984)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	**201.861**	177.365	**24.496**	(1.774)
Plano de pensão	**202.220**	175.919	**26.301**	(7.632)
Swap passivo	**(359)**	1.446	**(1.805)**	5.858
Total	**276.807**	322.338	**(45.530)**	(97.758)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração. A seguir é apresentada a expectativa de realização do ativo fiscal diferido:

Ano de realização	31.12.2019
2020	65.841
2021	81.961
2022	29.180
2023	47.151
2024 a 2026	115.694
2027 a 2029	266.405
Total	**606.232**

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	19.444	35.859	273.990	854.193	–	1.183.486
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.276	26.179	28.883	395.630	–	454.968
Debêntures	–	25.128	652.326	1.139.139	–	1.816.593
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	–	987.901	–	–	–	987.901
Obrigações por arrendamentos	669	6.977	5.113	23.083	10.805	46.647
Total	**24.389**	**1.082.044**	**960.312**	**2.412.045**	**10.805**	**4.489.595**

Valorização dos instrumentos financeiros: O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31.12.2019		31.12.2018	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	**303.062**	**303.062**	267.076	267.076
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**106.258**	**106.258**	81.777	81.777
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	**1.492.185**	**1.492.185**	949.042	949.042
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	**164.520**	**164.520**	229.300	229.300
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	**72.779**	**72.779**	43.887	43.887
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	**70.453**	**70.453**	68.243	68.243
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	**3.613.155**	**3.613.155**	3.378.495	3.378.495
Total do ativo			**5.822.412**	**5.822.412**	5.017.820	5.017.820
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	**1.456.900**	**1.456.451**	1.897.109	1.919.783
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	**1.614.533**	**1.616.952**	599.437	601.511
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	**528.628**	**553.219**	443.130	421.072
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	**390.539**	**390.539**	671.973	671.973
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	**6.488**	**6.488**	5.016	5.016
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	**4.204**	**4.204**	8.281	8.281
Arrendamento financeiro	Custo amortizado	2	**46.647**	**46.647**	–	–
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	–	–	6.111	6.111
Fornecedores	Custo amortizado	2	**899.501**	**899.501**	759.322	759.322
Total do passivo			**4.947.440**	**4.974.001**	4.390.379	4.393.069

As aplicações financeiras registradas nas Demonstrações Contábeis (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados. **Valor justo hierárquico:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **Instrumento financeiro derivativo:** Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (24,05% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de swap, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread ou apenas spread de forma a garantir que a Companhia não fique exposta a possíveis variações do mercado. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R$ 132.540 (R$ 98.833 em 31 de dezembro 2018), e possui reconhecido o saldo positivo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R$ 5.309 (saldo negativo no montante de R$ 17.229 em 31 de dezembro 2018). A variação de R$ 22.358, deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2019, gerando resultados positivos nos derivativos.

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **Fatores de risco:** A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio: **a) Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	**303.062**	267.076
Títulos e valores mobiliários	**106.258**	81.777
Instrumentos financeiros derivativos - swap	**132.540**	98.833
Consumidores e outras contas a receber	**1.492.185**	949.042
Ativos financeiros setoriais	**164.520**	229.300
Ativo indenizável (concessão)	**3.613.155**	3.378.495
	5.811.720	5.004.523

Em 31 de dezembro de 2019, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	31.12.2018
AAA	**275.400**	143.962
AA+	**95.784**	89.349
Banco Central do Brasil	**–**	43.633
Numerário em trânsito	**38.136**	71.228
Não avaliado	**–**	681
Total geral	**409.320**	**348.853**

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2019	31.12.2018
AA-	**132.540**	98.833
Total geral	**132.540**	98.833

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **c) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI/Spread para CDI).

	31.12.2019
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	**919.167**
Exposição Patrimonial	**919.167**
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	**(879.310)**
Exposição Cambial Total	**39.857**

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): • Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; • Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); • Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. **d) Risco de encargos de dívida:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 75% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 1% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Selic	**33.072**	**8,91%**	16.346	6%
CDI	**314.842**	**84,82%**	248.383	89%
Pré-Fixado	**23.270**	**6,27%**	12.896	5%
Total	**371.184**	**100%**	**277.625**	**100%**

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2019	%	31.12.2018	%
IPCA	**3.613.155**	**100%**	3.378.495	100%
Total	**3.613.155**	**100%**	**3.378.495**	**100%**

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Arrendamentos	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Taxa fixa	**708.835**	**18,15%**	586.548	16,70%
TJLP	**24.978**	**0,64%**	374.288	10,65%
Selic	**–**	**0,00%**	110.593	3,15%
CDI	**3.147.490**	**80,61%**	2.087.341	59,42%
IPCA	**–**	**0,00%**	303.671	8,64%
Libor	**23.404**	**0,60%**	50.375	1,43%
Total	**3.904.707**	**100,00%**	**3.512.816**	**100%**

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. **e) Risco de liquidez:** Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R$ 180.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R$ 1.700.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R$ 720.783. Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R$ 989.956 refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 16 e 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento em relação ao patrimônio líquido é de 49% (48% em 31 de dezembro de 2018).

	31.12.2019	31.12.2018
Dívida Financeira e Arrendamentos	**3.904.707**	**3.512.816**
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	**(409.320)**	**(348.853)**
Dívida líquida (a)	**3.495.387**	**3.163.963**
Patrimônio líquido (b)	**3.660.976**	**3.495.551**
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**49%**	**48%**

continua

continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**98.833**
Juros SWAP	**(19.062)**
Variação cambial SWAP	**36.430**
Marcação a mercado no resultado	**(478)**
Marcação a mercado no patrimônio líquido	**5.309**
Pagamentos	**11.508**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**132.540**

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019					
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – pagamentos/ (recebimentos)	1.444	2.647	(6.489)	(135.586)	(137.984)
Total	**1.444**	**2.647**	**(6.489)**	**(135.586)**	**(137.984)**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2019 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL
Swap Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	53.415	56.439	(3.024)	250.000
Swap Libor x DI 28.03.18 Citibank	70.418	66.249	4.169	320.000
Swap Fixo (USD) x Pré R$ 15.07.19 Scotiabank	11.821	9.852	1.969	200.000
Total	**135.654**	**132.540**	**3.114**	**770.000**

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2019. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2019 havia 3 contratos de swap, sendo um contrato de Libor + Spread para CDI + Spread, um de dólar + Spread para CDI, e um de dólar + Spread para Spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e da Libor, conforme demonstrados a seguir:

Contraparte Contrato de swap	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência Moeda local 31.12.2019	31.12.2018
SANTANDER (Brasil) S.A	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	–	**11.583**
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	**56.439**	**38.332**
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CDI + 0,40%aa FIXO 7,675% aa	–	**(407)**
ITAÚ S.A.	13/03/2018	07/01/2019	115,65% CDI FIXO 7,54%aa	–	**(2.981)**
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	**66.249**	**51.750**
CITIBANK S.A	24/12/2018	24/06/2019	Libor + 0,91%aa CDI + 1,0%aa	–	**556**
SCOTIABANK S.A	15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	**9.852**	–

Vale ressaltar que os Swaps com o Itaú e Scotiabank, respectivamente, no montante de R$ 60.694 e R$ 9.886 são classificados como cash flow hedge, enquanto o swap com o Citibank no montante de R$ 70.472 é marcado a mercado por meio do resultado. A dívida relacionada a esse último também é marcada a mercado por meio do resultado, cujo efeito com MTM é nulo. **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base 31.12.2019	Cenários projetados - dez.2021 Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	**33.072**	**1.425**	**1.069**	**713**
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	**314.842**	**13.570**	**10.178**	**6.785**
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	**23.270**	**1.003**	**–**	**–**
Ativo indenizável	Redução do IPCA	**3.613.155**	**155.727**	**116.795**	**77.864**
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	**(540.582)**	**(27.691)**	**(33.756)**	**(39.759)**
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	**(206.187)**	**–**	**–**	**–**
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	**367.136**	**19.296**	**104.016**	**174.741**
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	**512.174**	**20.856**	**87.947**	**143.697**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	**(486.194)**	**(35.521)**	**(35.521)**	**(35.521)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	**(528.628)**	**(20.067)**	**(90.691)**	**(149.377)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	**(24.978)**	**(895)**	**(1.032)**	**(1.167)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	**(2.606.908)**	**(82.393)**	**(102.180)**	**(121.763)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	**(390.540)**	**(20.526)**	**(110.646)**	**(185.880)**
			24.784	**(53.821)**	**(129.667)**

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25% Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário + 50% Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	20.014	90.478	70.464	149.031	129.017
ITAÚ 4131 SWAP PA	(20.856)	(87.947)	(67.091)	(143.697)	(122.841)
ITAÚ 4131 SWAP PP	11.919	14.816	2.897	17.681	5.762
CITIBANK 4131 II	20.526	110.646	90.120	185.880	165.354
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(19.296)	(104.016)	(84.720)	(174.741)	(155.445)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	15.772	18.940	3.168	22.078	6.306
SCOTIABANK 4131	8.292	32.936	24.644	53.414	45.122
SCOTIABANK 4131 - SWAP PA	(8.239)	(32.723)	(24.484)	(53.068)	(44.829)
SCOTIABANK 4131 - SWAP PP	6.071	6.071	–	6.071	–
Total	**34.203**	**49.201**	**14.998**	**62.649**	**28.446**

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. **30. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R$2.414.839 em 2020, R$2.537.620 em 2021, R$2.574.990 em 2022, R$2.807.737 em 2023 e R$51.113.294 após 2023. Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foram homologados pela ANEEL. **31. Participação nos resultados:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R$ 13.351 e R$ 16.068 respectivamente. **32. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência De	Até	Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R$ 1.782.602	R$ 4.441.236
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R$ 79.642

Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., neste ato representados pelo Presidente do mesmo, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de resultado do exercício, acompanhados do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho de Administração, tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Mario Fernando de Melo Santos - Presidente da Mesa e do Conselho.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado de 2019, a Diretoria da Companhia declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Contábeis da Companhia. Após examinadas, discutidas e revisadas, declaramos que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2019. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Artur Manuel Tavares Resende - Diretor Presidente; Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes; Raffaele Enrico Grandi - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Vago - Diretor de Recursos Humanos e Organização; José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais; Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação; Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação; Cristine de Magalhães Marcondes - Diretora Jurídica; Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras; Fernando Andrade - Diretor de Planejamento e Engenharia; Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado.

Declaração da Diretoria da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado de 2019, a Diretoria da Companhia declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Contábeis da Companhia. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Artur Manuel Tavares Resende - Diretor Presidente; Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes; Raffaele Enrico Grandi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Vago - Diretor de Recursos Humanos e Organização; José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais; Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação; Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação; Cristine de Magalhães Marcondes - Diretora Jurídica; Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras; Fernando Andrade - Diretor de Planejamento e Engenharia; Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado.

Diretoria Executiva: Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Raffaele Enrico Grandi; Diretor de Recursos Humanos e Organização - Vago; Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto; Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro; Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco; Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes; Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Raffaele Enrico Grandi; Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Artur Manuel Tavares Resende; Diretor de Planejamento e Engenharia - Fernando Andrade; Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva.
Conselho de Administração: Presidente - Mário Fernando de Melo Santos; Vice-Presidente - Nicola Cotugno; Conselheiro Efetivo - Monica Hodor; Conselheiro Efetivo - Guilherme Gomes Lencastre; Conselheiro Efetivo - Déborah Meirelles Rosa Brasil; Conselheiro Efetivo - Otacílio de Souza Junior; Conselheiro Suplente - Carlos Ewandro Naegele Moreira; Conselheiro Suplente - José Nunes de Almeida Neto; Conselheiro Suplente - Michele Rodrigues Nogueira; Conselheiro Suplente - Marcia Massotti Carvalho; Conselheiro Suplente - Cristine de Magalhães Marcondes; Conselheiro Suplente - Luiz Carlos Franco Campos.

Niterói, 19 de Fevereiro de 2020. **A Administração** **Relações com Investidores:** Isabel Regina Barroso de Alcântara **Contador Responsável:** Renato Resende Paes - CRC SP308201.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. Niterói - RJ; **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2.3 e 25):** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se: **(i)** Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47; **(ii)** Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude; **(iii)** Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época; **(vi)** Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado"). **Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2.3 e 25):** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados ao ciclo de faturamento e receitas; a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento da receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nos 2,6, 12, 13 e 14):** A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais no montante de R$ 3.557.686 mil, em 31 de dezembro de 2019 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto. **Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nos 2,6, 12, 13 e 14):** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia. **Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nos 2.9 e 21):** A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós–emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego. **Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nos 2.8 e 21):** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nos 2.9 e 21 às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais na mensuração do benefício Pós Emprego. Portando, consideramos apropriadas os julgamentos, as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nos 2.9 e 21 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4
Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 –S- RJ

BDO

Policiamento itinerante já nas ruas

Áreas com grande incidência de crimes na Z. Norte do Rio e Baixada contam com novo modelo de reforço policial

Um modelo itinerante de policiamento que pode ser aplicado em diversas áreas que precisem de reforço policial e apresentem altos índices de crimes detectados através das manchas criminais. Esse é o mote da Operação Perímetro Verde, da Secretaria de Polícia Militar, que foi implantada em bairros da Zona Norte da capital e na Baixada Fluminense.

O novo modelo de policiamento foi concebido com o objetivo de reduzir os roubos de rua, de veículos e de carga na Região Metropolitana.

Integrando unidades do Comando de Operações Especiais (COE) com os batalhões operacionais da área, a Operação começou sua atuação pelos bairros de Acari, Pavuna, Costa Barros e em regiões limítrofes de São João de Meriti, município da Baixada Fluminense.

A duração das operações será de 15 dias, podendo ser ampliada caso haja necessidade. Inicialmente, a ocupação das áreas conflagradas é realizada por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq). Na segunda fase da ação, policiais do BPChq e do Recom (Rondas Especiais e Controle de Multidões) realizarão o patrulhamento das principais vias, realizando abordagens e revistas, inclusive em veículos.

"Nosso planejamento é feito com base na leitura constante das manchas criminais. Em 2019, conseguimos reverter de forma muito consistente as curvas de indicadores criminais. Mas o desafio ainda é muito grande", explica o secretário da PM, coronel Rogério Figueredo. Os números de 2019 mostram a redução da incidência criminal para o patamar de 2016.

Evolução – Figueredo destaca ainda que esse modelo de policiamento é uma evolução da estratégia adotada durante todo o ano passado. As operações permanentes nas regiões de maior incidência criminal resultaram não só no aumento substancial de apreensão de armas e drogas, como reduziram em larga escala a movimentação de criminosos e as práticas de roubos e homicídios.

"Agora, colocamos em prática um modelo mais estruturado e integrado. Essa primeira ação está sendo empregada como um projeto-piloto. Os resultados e os possíveis obstáculos vão nos indicar o melhor caminho para aprimorarmos nossa atuação. Tão ou mais importante do que o resultado operacional será a redução da incidência criminal, assegurando aos moradores e a população em geral o direito de ir e vir e resgatando a sensação de segurança de nossa sociedade", informa Figueredo.■

Divulgação

PM adota novo modelo de patrulhamento para áreas com incidência de crimes

OPINIÃO

Os reflexos da pandemia

Divulgação

WAGNER BRAGANÇA

Alerta vermelho no planeta. Depois que a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia para o coronavírus, as bolsas mundiais despencaram, a do Brasil decretou dois circuit braker (interrupção dos negócios) em apenas um dia (a última quinta-feira) e quatro ao longo da semana, os Estados Unidos cancelaram voos vindos da Europa e o valor das ações das empresas aéreas despencaram.

O secretário de Imprensa da Presidência da República, Fábio Wajngarten, testou positivo para a doença, o presidente Jair Bolsonaro cancelou uma viagem a Mossoró (RN) e foi submetido a exames (testes deram negativo para a doença) junto com toda a comitiva brasileira que viajou com o secretário para o solo americano. Até o presidente Donald Trump, que teve contato com o brasileiro, se manifestou sobre o caso, embora, ao que parece, não tenha se submetido a testes.

Não podemos fugir de um tema – o coronavírus – que é o foco da atenção mundial e nacional. Afeta profundamente nossa vida, não apenas no aspecto econômico – que é grave –, mas nossa saúde, nossos hábitos e costumes. A Unicamp (Universidade de Campinas), uma das maiores universidades do país, cancelou as aulas até o fim do mês. No Distrito Federal as escolas ficarão fechadas por cinco dias. No Rio, também estarão suspensas nesta semana.

Eventos culturais, feiras de negócios, encontros e palestras são suspensos em todos os países. Nos meios de comunicação e nas redes sociais os cuidados para evitar a contaminação se propagam, o que é bom. É hora de precaução, não de pânico.

Nesse quesito, vale registrar tanto o trabalho de comunicação como de prevenção tomados pelo Ministério da Saúde. O ministro Luiz Henrique Mandetta não tem se furtado a informar e viajar pelo país para ampliar as medidas preventivas e de atendimento de nossos sistemas de saúde federal, estaduais e municipais. Negociou pessoalmente com o Congresso e o Ministério da Economia uma verba extra de R$ 5 bilhões para reforçar este trabalho – os postos de saúde vão receber quase R$ 1 bilhão para estender o horário de funcionamento – e anunciou a contratação de mais 5,8 mil médicos.

Nos Estados, os secretários estaduais de Saúde têm dado entrevistas diárias e esclarecedoras sobre a doença. Sabemos que ainda vamos ser mais atingidos. O Estado de São Paulo, o primeiro a registrar um caso no Brasil, criou imediatamente um gabinete integrado pelos maiores especialistas do Estado em infectologia e mobilizou seus pesquisadores para combater o vírus. Estima que quase um milhão de moradores do Estado serão afetados e já está montando uma rede de 1 mil leitos de CTI para atender os casos mais graves.

> *“O coronavírus não é letal apenas para a saúde, mas também para a economia brasileira e mundial”*

Aqui no Rio, apenas para lembrar o que disse o secretário estadual de Saúde, Edmar Santos, a escalada do número de casos deve acontecer em duas semanas e vamos chegar ao pico em um mês. Já temos um caso de transmissão local, não importado. O governo estadual publicou decreto com um plano de contingência para o Covid-19 que prevê a oferta de mais 300 leitos específicos em nossa rede estadual, já sobrecarregada, apenas para atender pacientes atingidos pelo vírus.

O coronavírus não é letal apenas para a saúde, mas também para a economia brasileira e mundial. Acabou afetando o mercado mundial de petróleo, provocou o confronto entre a Arábia Saudita e a Rússia e a redução do preço do barril (a Petrobras anunciou que vai reduzir em 9,5% o preço da gasolina no Brasil).

Economistas de diversos bancos e consultorias avaliam que vários países asiáticos devem entrar em recessão este ano, o produto interno bruto chinês vai sofrer forte desaceleração, a Itália deve fechar o ano no vermelho e até os Estados Unidos vão colocar o pé no freio embora o BC americano, o FED, tenha disponibilizado um crédito extra de US$ 1,5 trilhão.

O cancelamento mundial de eventos públicos atinge profundamente o resultado não apenas das empresas aéreas, também o setor de serviços e hoteleiro. Até a realização da Olímpiada do Japão corre risco. Estádios de futebol sem público empobrecem os cofres dos clubes profundamente.

O Brasil já reviu oficialmente sua taxa de crescimento, como escrevemos aqui semana passada. As paradas de negócios simultâneas na bolsa brasileira desta semana indicam que nossas empresas devem crescer menos do que previram no início do ano. Nossa taxa de desemprego deve continuar, assim, bastante alta, em torno de 12 milhões de brasileiros sem trabalho.

A mobilização planetária de combate ao coronavírus e o fato de a doença já estar em redução na China, onde eclodiu, indicam que teremos ainda meses de alerta a enfrentar, mas somos hoje mais capazes de superar pandemias. O custo, contudo, será alto.

Wagner Bragança é advogado tributarista, com pós-graduação em Direito Tributário e Administrativo Empresarial, mestre em Direito Constitucional e especialista em Direito Recuperacional e Falimentar

Saúde animal

A Univeritas – Centro Universitário Universus Veritas Rio de Janeiro inaugura, no dia 15, às 9h, sua Unidade de Saúde Médica Veterinária. O projeto é uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e visa atender, gratuitamente, caninos e felinos da capital carioca. Segundo a diretora da Univeritas, Adriana Garcia, o projeto irá trazer benefícios mútuos, tanto para os alunos da instituição, quanto para o público. Em média, serão mais de 100 alunos de medicina veterinária beneficiados.■

Violência cai em Barra Mansa

Dados da Polícia Militar e do Instituto de Segurança Pública (ISP) apontam queda no número de violência em Barra Mansa entre os anos de 2017 e 2019. Os resultados envolvem ocorrências de furto, roubo, homicídio e apreensões.

A 2ª Cia do 28º Batalhão da PM informa a redução de 17,9% nos roubos de rua e 14,58% nos homicídios. Já o número de prisões e apreensões aumentaram. Foram 745 pessoas detidas em 2019 contra 532 em 2016, representando um crescimento de 40%.■

Repasse aos municípios

O Governo do Estado do Rio de Janeiro repassou nesta semana R$ 126 milhões para os 92 municípios fluminenses. O depósito feito pela Secretaria de Fazenda refere-se ao montante arrecadado no período de 2 a 6 de março. Os valores correspondem à distribuição dos tributos IPVA e ICMS às administrações municipais. O total depositado neste mês de março foi de R$ 249 milhões.■

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DA DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretora Geral de Administração e Finanças comunica aos interessados que **HOMOLOGA** o Pregão Eletrônico PERP nº 02/2019 referente ao Processo SEI – 12/001/005108/2019 para a Prestação de Serviços de Intermediação e Gerenciamento de Transporte Remunerado Privado Individual em favor do Fornecedor **COOPERATIVA DE CONSUMO E TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI DO MUNICÍPIO RJ (COOPATAXI),** inscrita no CNPJ sob o número 30.921.357/0001-73 para o item 01 no valor total de R$ 8.640.000,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta mil reais). Registra-se como Fornecedor do cadastro de reserva à empresa **COOPERATIVA CENTRAL DE TÁXI DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (CENTRAL COOP),** inscrita no CNPJ sob o número 15.150.415/0001-19 para o item 01 no valor total de R$ 8.640.000,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta mil reais).

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública a seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamento (SIROLIMO 1 E 2 MG - DRÁGEAS), para atendimento à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº: E-08/001/103789/2018
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 10h
ETAPA DE LANCES: 27/3/2020, às 10h

O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo, também, ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 1 (uma) resma de papel tamanho A4, sita à Rua México, nº 128, 6º andar, sala 607, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª-feira, das 10h às 16h, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna públicas as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (GABAPENTINA 300MG - CÁPSULA E TOPIRAMATO 100 MG COMPRIMIDO), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº: SEI-08/001/015599/2019
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 9h
ETAPA DE LANCES: 27/3/2020, às 9h

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2020, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (LINEZOLIDA 600MG - COMPRIMIDO REVESTIDO E SALBUTAMOL 5MG/ML – SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO - FRASCO COM 10 ML), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº: SEI-08/001/011724/2019
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 11h
ETAPA DE LANCES: 27/3/2020, às 11h

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2020, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamento (AMBRISENTANA 5 E 10 MG - COMPRIMIDOS REVESTIDOS), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº: SEI-08/001/010735/2019
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 9h
ETAPA DE LANCES: 27/3/2020, às 9h

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2020, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (SELEGILINA 5 MG), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº: SEI-08/001/015606/2019
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 11h
ETAPA DE LANCES: 27/3/2020, às 11h

O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, https://sei.fazenda.rj.gov.br e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo, também, ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 1 (uma) resma de papel tamanho A4, sita à Rua México, nº 128, 6º andar, sala 607, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª- feira, das 10h às 16h, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

AVISO DE EDITAL

A Segunda Comissão de Pregão Eletrônico torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se disponível a Licitação para Registro de Preços abaixo mencionada:
PROCESSO Nº: SEI – 12/001/005965/2019
MODALIDADE: Pregão Eletrônico PERP nº 04/2019
OBJETO: Registro de preços para a aquisição de papel A4 (cópia), conforme as especificações contidas no Termo de Referência
ENDEREÇO DO PORTAL: www.compras.rj.gov.br
DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO: 27/3/2020, às 9h55
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/3/2020, às 10h
CÓDIGO DA LICITAÇÃO NO PORTAL SISTEMA ELETRÔNICO SIGA: PERP 4/19
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido uma edição impressa, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 na Coordenadoria de Compras Centralizadas, na Av. Erasmo Braga, nº 118, 8º andar, SUBLOG, Centro, Rio de Janeiro/ RJ, tel.: (21) 2333-1831 e fax (21) 2333-1878.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

A Comissão de Pregão da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC torna público, que realizará a licitação por Pregão Eletrônico (SIGA), conforme abaixo discriminado:

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.
PROCESSO Nº: SEI-03/029/001400/2019
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 30/3/2020, às 10h
ABERTURA DA SALA DE DISPUTA: 30/3/2020, às 11h
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no endereço eletrônico acima, ou poderão adquirir cópia na sede desta SEEDUC, sita à Avenida Professor Pereira Reis, nº 19, 2º andar, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, no horário das 11h às 17h.
Outras informações sobre a presente licitação por meio dos telefones (21) 2380-9030 ou 2380-9029.

OPINIÃO

Perspectiva melhor para o Rio

Economia do Estado está crescendo de forma mais acelerada que a do país

Lucas Tristão e Guilherme Mercês

Os resultados da economia em 2019 mostraram que o Estado do Rio de Janeiro está virando o jogo, após viver a pior crise da sua história. O IBC, indicador de atividade econômica divulgado pelo Banco Central, apontou expansão de 1,3% da economia fluminense, resultado acima da média nacional (0,9%).

Segundo estimativa da Firjan, divulgada recentemente, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cresceu 1,5% no ano passado. Resultado que corrobora a estimativa do Banco Central. Isso quer dizer que nossa economia está crescendo de forma mais acelerada que a do país, deixando para trás quatro anos de recessão.

Divulgação

Lucas Tristão é secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio

Divulgação

Guilherme Mercês é subsecretário estadual de Indústria, Comércio, Serviços e Ambiente de Negócios do Rio

O vetor dessa recuperação foi a indústria, cujo desempenho do Rio em 2019 foi muito superior ao registrado em outros estados da Região Sudeste e bem longe da retração de 1,1% do Brasil. Segundo o IBGE, a produção industrial do estado cresceu 2,3%. A indústria paulista praticamente não cresceu (+0,2%), a de Minas Gerais caiu 5,6%, e a do Espírito Santo recuou 15,7%.

Esse resultado é fruto do aquecimento no mercado de óleo e gás, que já começa a puxar os setores ligados à sua cadeia. Com a ocorrência de rodadas de concessão e partilha do pré-sal, a exploração de novos campos foi retomada. O surgimento de oportunidades no setor — como as atividades de descomissionamento e revitalização de campos maduros, além das quatro novas rodadas programadas para o biênio 2020/2021 — deve potencializar esse crescimento nos próximos anos.

O plano de investimentos da Petrobras ilustra esse quadro: estão previstos mais de US$ 20 bilhões de investimentos na Bacia de Campos até 2024. Esse ambiente será coroado pela realização da Rio Oil & Gas, em setembro, quando o Rio terá a oportunidade de mostrar ao mundo as enormes oportunidades de investimento no estado.

Se 2019 foi o ano da retomada do setor de petróleo, 2020 será o ano do mercado de gás. Isso porque o estado foi o primeiro do Brasil a abrir esse mercado, medida que vai derrubar os preços e destravar uma série de investimentos, não só de usinas termelétricas, como também de grandes consumidores, como as siderúrgicas. Com efeito, o Rio vai ratificar o posto de Capital da Energia.

Os números do setor da construção civil também reforçam este novo momento da economia do Rio. O setor que mais sentiu os efeitos da crise gerou mais de 3.400 empregos no ano passado. Vale lembrar que o Rio estava há anos sem lançamentos imobiliários. Para os próximos anos, os investimentos em infraestrutura pesada serão impulsionados por um pacote de concessões de 240 quilômetros de rodovias estaduais, com investimentos previstos de R$ 1,2 bilhão.

Por sua vez, os setores de comércio e serviços geraram cerca de 15 mil empregos no ano passado, após anos sucessivos de demissões. A melhora significativa dos indicadores de segurança pública é um dos determinantes disso. Lojas, supermercados e restaurantes que estavam fechando cedo hoje podem se manter abertos. Essa melhora foi gradativa no ano passado, o que significa que os plenos efeitos serão sentidos este ano, principalmente na capital.

As projeções de mercado para 2020 apontam para aceleração do crescimento mundial e brasileiro. O grande risco para esse cenário fica por conta do recente avanço do coronavírus e seus possíveis impactos negativos no desempenho da economia global.

No país, a continuidade das reformas em um contexto de inflação e juros baixos endereçam um ambiente propício para a aceleração do crescimento. Para os estados, além de uma reforma tributária efetiva, serão decisivas as aprovações de três PECs que tramitam no Congresso: a do Pacto Federativo, a PEC Emergencial e a dos Fundos Públicos.

Finalmente, podemos voltar a olhar para o futuro do Rio de Janeiro com confiança e otimismo. E sempre com responsabilidade.

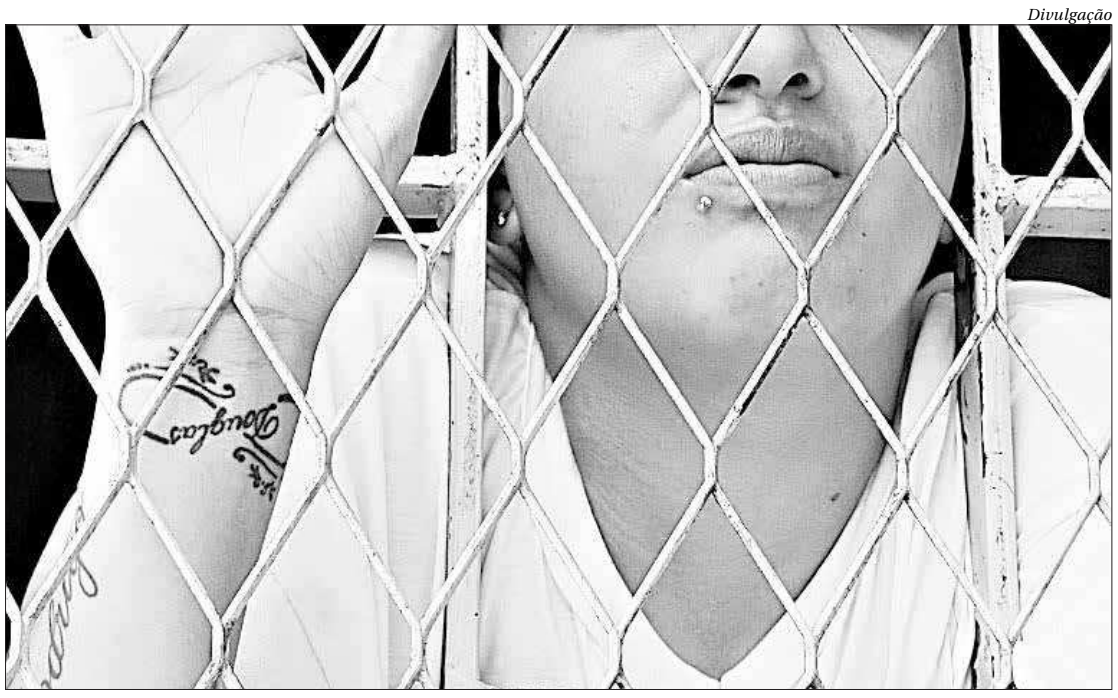
Lucas Tristão é secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro; Guilherme Mercês é subsecretário estadual de Indústria, Comércio, Serviços e Ambiente de Negócios do Rio de Janeiro

Mais de 318 mil jovens assassinados

Pesquisa da UFF mostra situação dessas vítimas e dos agentes da violência no Brasil entre os anos de 2005 e 2015

O Brasil é considerado internacionalmente como um dos países da América do Sul com os maiores índices de violência, possuindo a terceira maior população carcerária do mundo. Nas últimas décadas, esse fenômeno tem sido atravessado por um aumento crescente dos homicídios de jovens. Os últimos dados disponíveis do país revelam um recrudescimento do problema, observando-se uma evolução, entre 2005 e 2015, de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos. Mais de 318 mil jovens foram assassinados neste período, de acordo com o Atlas da Violência de 2017.

Divulgação



Taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos aumentou em 17,2%, informou o Atlas da Violência de 2017

De acordo com o professor do Instituto de Educação da UFF Elionaldo Julião, coordenador da pesquisa financiada pela Faperj "Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro", "o aumento dos homicídios praticados contra os jovens brasileiros cristaliza-se em uma realidade cruel que permeia nosso dia a dia". Segundo ele, "a violência banaliza-se contra camadas da sociedade excluídas historicamente dos seus direitos sociais".

Embora a discussão sobre violência com jovens não seja um tema absolutamente novo no país, o pesquisador aponta a urgência de desenvolver amplas reflexões sobre a situação e, mais do que isso, políticas de caráter preventivo. Para ele, fazer frente a esse cenário implica poder compreender "a complexidade de ser jovem na sociedade contemporânea, principalmente levando em conta as interseccionalidades vivenciadas pela população das classes populares que ao mesmo tempo é vítima e também autora da violência".

A pesquisa coordenada por Elionaldo surgiu a partir do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, reunindo profissionais e pesquisadores de diversas instituições do estado Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para o debate sobre educação, justiça, direitos humanos, violência, criminalidade, delinquência juvenil, e políticas de restrição e privação de liberdade.

Internacional – Em 2016 o grupo representou pela primeira vez o Brasil na terceira edição da "Pesquisa Internacional sobre Delinquência Autorrelatada", coordenada pela Escola de Criminologia e Justiça Criminal da Universidade Northeastern, nos Estados Unidos, passando a integrar a base de dados internacional sobre a vulnerabilidade de jovens em relação à violência.

Na edição brasileira, o estudo foi realizado nas redes municipais de educação de Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis, assim como também no Sistema Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. Dentre os seus objetivos, procurou analisar elementos das trajetórias de vida e escolar, assim como também práticas dos jovens que fornecessem pistas para a compreensão do ato infracional.

Atualmente a pesquisa está numa nova etapa, com a aprovação pela Faperj da segunda parte do projeto: "Trajetórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional". Este novo momento do trabalho tem como objetivo entender as possíveis influências das práticas sociais e relações socioafetivas no cometimento de ato infracional por parte desses jovens. De acordo com Elionaldo, "no imaginário social, esses sujeitos são 'monstros que precisam ser enjaulados e apartados da sociedade'. Mas para nós, pesquisadores e estudiosos do tema, são seres humanos como qualquer outro".

Criminalização – O doutorando em educação pela UFF, Renan Saldanha Godoi, integrante do Grupo de Trabalho e Estudos coordenado por Elionaldo desde 2015 e também participante da pesquisa em curso, revela que, como pesquisador oriundo da periferia carioca e profissional da educação pública, sente-se "mobilizado a entender o fenômeno da criminalização da juventude periférica como forma de alcançar muitos adolescentes e jovens do cotidiano profissional e de pensar estratégias que ampliem as possibilidades para esses sujeitos".

A experiência de Renan com esses jovens antecedeu sua participação no Grupo de Trabalho e Estudos e também sua experiência como doutorando. De 2012 a 2014, ele atuou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) acompanhando adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e teve contato com diversas histórias de vida.

Segundo ele, na medida em se aproximou desses sujeitos, "pôde perceber que o ato infracional praticado se configurava muitas vezes como um 'ponto fora da curva' de uma trajetória de vida marcada por um conjunto de vulnerabilidades, negligências, violências, e também de resistências, criatividade e superação". Dessa vivência surgiu seu interesse em aprofundar a discussão no mestrado e, agora, também no doutorado.

Renan explica que seu mergulho nesse universo foi tão profundo que ele não se resume mais a um mero objeto de estudo: "tenho um compromisso ético-político em essa realidade. Por isso, tenho o desejo de colaborar com outros estudos e ações que possam dar a devida visibilidade a esses sujeitos que, em geral, só são percebidos pelo Estado e pela sociedade no momento em que cometem um ato infracional", destaca.

Amancia Renata Coelho, pedagoga formada pela UFF, também integrante do Grupo de Trabalho, conta que passou a ter um olhar diferenciado em relação ao mundo, às pessoas e principalmente aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social após entrar em contato com a realidade deles.

Infelizmente, segundo ela, "nossa sociedade é extremamente excludente, seletiva e opressora. As pessoas estão sendo valorizadas na maioria das vezes pelo que têm e não pelo que são". A pedagoga acredita que é preciso levar a sociedade a conhecer e se familiarizar com esses espaços, que também pertencem a nós como sociedade.

De acordo com Elionaldo, "os dados revelam uma triste realidade que muitas vezes a sociedade e o próprio poder público resistem a enxergar. Infelizmente, as políticas de restrição e privação de liberdade são temas ainda invisíveis para a sociedade e marginais para a academia. O número cada vez maior de indivíduos reclusos tem sido acompanhado de um crescente sucateamento dos sistemas prisional e socioeducativo. É triste dizer que o Brasil, hoje, infelizmente, é o terceiro país que mais encarcera no mundo e é uma das regiões que mais desrespeita os Direitos Humanos", enfatiza.

Responsabilidade – Para o pesquisador, a universidade possui responsabilidade em relação ao tema e precisa investir: "avançamos intelectualmente, mas pouco diretamente interferimos na ponta, 'no chão dos estabelecimentos socioeducativos'. De que adianta este conhecimento, se efetivamente não conseguimos contribuir para o seu desenvolvimento? É fundamental que nos responsabilizemos socialmente de forma ética pelo conhecimento produzido pelas nossas pesquisas. Precisamos socializar isso em toda a sociedade", conclui.■

Praias cheias no último sábado do verão, apesar do coronavírus

Banhistas do Rio e de Niterói ignoraram a recomendação de evitar aglomerações: a vontade de se refrescar foi maior

Nem mesmo o medo do coronavírus e um decreto que proíbe a aglomeração de pessoas na cidade foram suficientes para impedir milhares de cariocas de ir à praia neste sábado (14) de sol, no último fim de semana do verão. Banhistas afirmaram que ainda é cedo para evitar o banho de mar e que o ambiente aberto e ventilado não representa risco de contrair a Covid-19.

Na sexta-feira (13), o governador Wilson Witzel editou um decreto fechando espaços públicos, como cinemas e teatros, e chegou a dizer que a Polícia Militar poderia evacuar as praias, se fosse necessário, para impedir aglomerações de pessoas. Porém, o hábito de pisar na areia ou de caminhar no calçadão está arraigado na cultura do carioca e será difícil de ser modificado.

"Nós estamos ao ar livre, com muito vento. Acho que isso não é uma coisa legal neste momento. Pode ser que haja necessidade. Caminhar faz parte da minha vida. Se eu não fizer isso, como eu vou ficar? A praia não é uma aglomeração em que as pessoas entram em contato toda hora", disse o engenheiro João Antunes Moreira, que caminhava pelo calçadão de Ipanema enquanto tomava uma latinha de cerveja.

Apesar do medo gerado em vários países pelo coronavírus, muitos turistas podiam ser vistos pela orla carioca, sem demonstrar maiores preocupações. Nenhuma pessoa usando máscara foi avistada pela reportagem da Agência Brasil, em pouco mais de uma hora de trabalho na praia.

"No Líbano, o governo fechou as praias, os ginásios, as escolas e os shopping centers, mas aqui no Brasil eu não acho que será possível retirar todas essas pessoas da praia. Eu mesmo não estou com medo, tanto é que estou aqui. Cheguei faz três dias e vou ficar mais duas semanas", disse o bancário libanês Oussama Hraiv, que ainda pretende ir a São Paulo, Salvador e Fernando de Noronha.

Para os que trabalham na praia e dependem de banhistas e turistas para sobreviver, a medida do governo, de evacuar as praias, não parece uma ideia de fácil execução. "Eu acho impraticável isso, porque já basta o calor que a gente tem dentro de casa. Ficar impossibilitado de se refrescar no mar... Aí a gente vai estar vivendo uma penitência social. Acho que morre mais gente de bala perdida do que de coronavírus", disse o pintor Fábio Fragoso, que expõe telas coloridas no calçadão de Ipanema.

Mesmo pessoas mais idosas, que fazem parte do grupo de risco para o coronavírus, consideram exagerada a medida do governador Witzel de evacuar as praias, se preciso, para evitar aglomerações. "Eu acho exagerado, mas a gente tá aí para cumprir", afirmou o aposentado Valmir Redua.

"Temos que manter uma distância razoável do outro, pelo menos de 1 metro. Eu não vejo problema, não. Se ficar muito colado, aí é complicado", afirmou o aposentado, que tomava uma água de coco na praia do Leme, junto com a filha Monique Medeiros, que também não demonstrava maior preocupação: "Acho que atividade em lugar aberto, se não for em grandes multidões, dá para manter."

Marcelo Feitosa

Praia de Icaraí, em Niterói, atraiu muitos banhistas e teve atividades esportivas: dia de sol foi convite ao lazer

> *Prefeitura de Niterói suspende por 15 dias atividades culturais na cidade*

Niterói – No primeiro dia após a decretação de um pacote de medidas preventivas contra a disseminação do novo coronavírus pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, niteroienses tentaram manter uma rotina normal, mas seguindo algumas das medidas de prevenção contra o Covid - 19, doença causada pelo vírus. Neste sábado (14) a Prefeitura de Niterói também determinou a suspensão de diversas atividades pela cidade, por pelo menos 15 dias.

Na praia de Icaraí, o dia de sol com os termômetros marcando 29 graus desafiou a recomendação de se evitar locais com grande número de pessoas. Um evento esportivo tomou conta de parte da areia da praia, reunindo atletas e moradores da região. Outras faixas da praia também seguiam com o fluxo normal de frequentadores.

"A situação foi alarmada ontem (sexta-feira) à noite e acredito que todos estejam adotando algumas medidas, mas o brasileiro não tem muito essa cultura do pânico. O evento começou por volta das 8h30 normalmente, como aconteceram em outras edições. Aqui ninguém está pensando muito no coronavírus, no momento", comentou Rafhael Caluet, um dos participantes.

Segundo a Secretaria de Esporte e Lazer do município, o decreto da Prefeitura de Niterói também suspendeu, durante o mesmo período, os eventos esportivos.

Pontos turísticos como o Parque da Cidade, em São Francisco, seguiam com movimentação normal durante o dia, além do Campo de São Bento, em Icaraí. A Concessionária CCR Barcas informou que as embarcações com sistema de ar condicionado estão navegando com as portas abertas, uma das medidas operacionais adotadas, conforme aprovação da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro.

A procura por álcool em gel aumentou expressivamente nas últimas semanas e, de acordo com um gerente de uma das farmácias do Centro de Niterói, todos os dias chegam mercadorias e em 30 minutos o produto costuma acabar.

Alimentos - Apesar de movimentação maior de clientes nos supermercados registrada neste sábado, a Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro comunicou que "até o momento o abastecimento segue dentro da normalidade. Devido ao aumento de vendas em algumas lojas, as redes de supermercados estão preparadas e tomando medidas preventivas, como o estreitamento de parcerias com os fornecedores, antecipando pedidos de compras e trabalhando com estoques mais elevados do que a normalidade para garantir uma melhor entrega para a população". **(Colaborou Ayra Rosa)** ■

Revolta de trabalhadores

Artesãos da feira do Campo de São Bento, em Icaraí, informaram que a Prefeitura de Niterói irá fechar o espaço a partir deste domingo (15) para evitar aglomeração de pessoas e possível contágio do novo coronavírus. Descontentes com a decisão, um grupo, preocupado com prejuízos nas vendas e arrecadação, ressaltou que irá insistir em trabalhar no espaço.

"Aqui não tem aglomeração de pessoas e é um espaço aberto e arejado, o fluxo de pessoas não traz riscos. Trabalho aqui há 30 anos. Se precisar, vamos trabalhar na calçada. Quem vai pagar as nossas contas?", destacou a artesã Rosane Costa, que faz parte da Comissão do Campo de São Bento e Comissão de Cultura do município.■

Minas também cancela eventos

O governador Romeu Zema se reuniu, neste sábado (14), em Belo Horizonte, com o seu secretariado para discutir medidas de prevenção contra o novo coronavírus no Estado. Durante o encontro, Zema decretou a suspensão de eventos oficiais com mais de 100 pessoas pelos próximos 30 dias.

A recomendação é que a medida, que será revista semanalmente, também seja adotada por organizações da iniciativa privada. O governo ressalta ainda a importância da iniciativa privada seguir também as orientações do Ministério da Saúde.

"Evitando aglomerações, conseguimos conter a propagação do vírus de forma mais eficiente, evitando que a epidemia se alastre em Minas Gerais e contamine, principalmente, quem está no grupo de risco", afirmou.

O governador também ressaltou que não há motivo para pânico e que as medidas adotadas até o momento são preventivas.

"O nosso encontro faz parte de um conjunto de medidas para resguardar a saúde de todos os mineiros e proteger nossos cidadãos. Prevenção sempre será o melhor remédio", disse.

Nessa sexta-feira (13), a Secretaria de Estado de Saúde decretou situação de emergência em saúde pública no estado como uma das ações de preparação para assistência a pacientes com coronavírus. Entre as medidas previstas está a dispensa de licitação para compra de insumos, medicamentos e aparatos médicos, além da contratação de profissionais.■

Congresso pode suspender sessões

Em meio à propagação do coronavírus no Brasil, parlamentares começam a discutir nos bastidores a possibilidade de suspenderem as sessões e outras atividades no Congresso Nacional. O líder do governo no Congresso, o Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) admitiu que a possibilidade existe no Senado, mas uma definição só deve ocorrer na próxima segunda-feira (16).

"Acho que é preciso aguardar a segunda-feira e, diante das evidências, ouvir o presidente Davi Alcolumbre. Temos que evitar riscos e analisar as possibilidades", disse o senador. Outros dois senadores, que estiveram na viagem do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, na última semana, fizeram o teste para coronavírus.

Jorginho Mello (PL-SC) já divulgou, pelo Twitter, que o resultado foi negativo. Nelsinho Trad (PSD-MS), no entanto, testou positivo para o Covid-19 e está em isolamento. Durante o voo que transportou a comitiva, Trad estava em uma poltrona próxima à do secretário de Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten, que foi diagnosticado com o vírus.

Na Câmara, os deputados também confirmam que essa conversa existe. Alguns líderes, no entanto, não concordam com a medida, caso seja tomada. Líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), é um deles. "Não me parece correto. O Congresso não deve ser o primeiro a parar, deve ser o último. [...] Temos que dar o exemplo para evitar o pânico", disse.■

Ex-ministro e ex-presidente do PSL, Gustavo Bebianno morre aos 56 anos

Ex-coordenador da campanha de Bolsonaro, advogado pretendia concorrer à prefeitura do Rio

Morreu nesta madrugada (14) o ex-ministro Gustavo Bebianno, de 56 anos. Ele estava em sua casa, em Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, quando passou mal.

A informação foi confirmada pelo empresário Paulo Marinho, amigo de Bebianno e atual presidente do PSDB no Rio de Janeiro, partido pelo qual Bebianno pretendia disputar a prefeitura do Rio.

A principal hipótese é que ele tenha sofrido um infarto. Ainda não foi informado o local do velório e sepultamento.

Bebianno foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ele foi presidente do PSL, coordenando pessoalmente a campanha vitoriosa de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Ficou pouco tempo no cargo, saindo após divergências internas.

Bebianno conheceu Bolsonaro em 2017, quando se prontificou a atuar como advogado da campanha.

Em sua página no Twitter, o PSDB lamentou a morte de Bebianno.■

Valter Campanato/Agência Brasil

Bebianno foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência nos primeiros meses de Governo

Câmara deve votar 13º do Bolsa Família

O plenário da Câmara dos Deputados poderá votar na próxima terça-feira (17) a medida provisória (MP) que torna permanente o pagamento de 13º salário para beneficiários do Bolsa Família. Aprovado na Comissão Mista do Congresso criada para analisar a MP 898/2019 no início deste mês, o relatório do senador Randolfe Rodrigues (Rede -AP) amplia o pagamento do benefício extra em todos os anos com o formato de "abono natalino". O texto do governo previa o pagamento apenas em 2019, mas o relator fez a alteração.

Ao defender a alteração da MP, Randolfe argumentou que o programa pode ser a única fonte de renda de famílias brasileiras. "O programa atende famílias carentes em situação extrema de pobreza e, muitas vezes, é a única renda das famílias beneficiárias", disse o senador, explicando que "o abono natalino deve ser se tornar permanente, sendo uma política de Estado", afirmou. A medida perde a vigência no dia 24 de março e tem gerado um impasse entre os parlamentares já que a mudança depende de adequação dos limites do teto de gastos da União e também de aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional para contornar a regra de ouro. Caso seja aprovada pelos deputados, a matéria ainda precisa ser apreciada pelos senadores.■

Saiba tudo sobre o coronavírus

Conheça os sintomas, as formas de transmissão e saiba como se prevenir

Divulgação / EBC

O que é o coronavírus?

Coronavírus é uma família de vírus que pode causar danos em animais e em humanos. Em pessoas, pode resultar em infecções respiratórias que vão desde um resfriado até síndromes respiratórias agudas severas. O novo coronavírus (SARS-Cov-2) causa a doença denominada Covid-19, que teve início na China, em dezembro de 2019.

Quais são os sintomas?

Os sintomas do Covid-19 envolvem febre, cansaço e tosse seca. Parte dos pacientes pode apresentar dores, congestão nasal, coriza, tosse e diarreia. Alguns pacientes podem ser assintomáticos, ou seja, estarem infectados pelo vírus, mas não apresentarem sintomas. O Ministério da Saúde estima que os pacientes mais jovens são os mais passíveis de não apresentar qualquer sinal da doença.

Qual o período de incubação do vírus?

De acordo com a OMS, a estimativa é que o período de incubação seja de 1 a 14 dias. Ou seja, o vírus teria esse tempo para se manifestar. O mais comum é a manifestação por volta de cinco dias. Mas há pessoas que não apresentam sintomas.

Quais são os maiores problemas e os públicos mais vulneráveis?

A OMS calcula que 1 em cada 6 pacientes pode ter um agravamento do quadro, com dificuldades respiratórias sérias. No início de março, a taxa de letalidade era de 3,5%. Mas o Ministério da Saúde suspeita que pode ser menor, em razão de haver subnotificação dos casos em alguns países. Os públicos mais vulneráveis são idosos e pessoas com doenças crônicas (diabetes, pressão alta e doenças cardiovasculares).

Como ocorre a transmissão?

O contágio ocorre a partir de pessoas infectadas. A doença pode se espalhar desde que alguém esteja a menos de 2 metros de distância de uma pessoa com a doença. A transmissão pode ocorrer por gotículas de saliva, espirro, tosse ou catarro, que podem ser repassados por toque ou aperto de mão, objetos ou superfícies contaminadas pelo infectado.

O novo coronavírus pode ser transmitido pelo ar?

Não, a menos que um indivíduo chegue próximo a um paciente infectado a ponto de as formas de contaminação serem possíveis.

É possível pegar o Covid-19 de alguém sem sintomas?

De acordo com a OMS, as chances são pequenas, pois o vírus é transmitido por saliva, espirro, tosse ou catarro, elementos mais presentes quando uma pessoa está com gripe.

Animais de estimação podem transmitir o novo coronavírus?

Não. Não há evidência de que animais de estimação como gatos e cachorros tenham sido infectados.

Quanto tempo o vírus pode durar em uma superfície?

A OMS informa que não há um tempo determinado, podendo ser de algumas horas a alguns dias. Pode haver diferença também em razão de condições como a temperatura.

Quais são as medidas de prevenção ao Covid-19?

O Ministério da Saúde explica que não há medicamento, substância, vitamina, alimento específico ou vacina que possa prevenir a infecção pelo novo coronavírus e indica as seguintes medidas de prevenção:

- lavar as mãos frequentemente com água e sabonete por pelo menos 20 segundos, ou usar desinfetante para as mãos à base de álcool quando a primeira opção não for possível;
- evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- evitar contato próximo com pessoas doentes;
- ficar em casa quando estiver doente;
- usar um lenço de papel para cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar, e descartá-lo no lixo após o uso;
- não compartilhar copos, talheres e objeto de uso pessoal;
- limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência.
- manter ambientes bem ventilados e higienizar as mãos após tossir ou espirrar.

O uso de álcool gel para prevenção ao coronavírus é eficaz?

Sim. De acordo com o Conselho Federal de Química, o álcool gel é "eficiente desinfetante de superfícies/objetos e antisséptico para a pele". O grau alcóolico recomendado para o efeito é de pelo menos 70%.

Preciso usar máscara para me proteger?

A máscara não tem efeito algum para pessoas sem o vírus. Ela deve ser utilizada por quem apresenta sintomas da doença, pois previne que alguém infectado espalhe o vírus e venha a contaminar outras pessoas. O uso também é recomendado para pessoas que tenham contato com indivíduos com suspeita ou confirmação do novo coronavírus. Máscaras também devem ser usadas por profissionais de saúde que atuem em locais com pacientes com suspeitas ou sintomas. Após o uso, a orientação é descartar a máscara em local adequado e lavar as mãos.

Estou com tosse, febre e dores. Preciso fazer exames para detectar se estou com Covid-19?

Pessoas que apresentem sintomas da doença devem procurar orientação médica, em especial, os postos de saúde. De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 42 mil postos de saúde espalhados pelo país são capazes de atender 90% dos casos de coronavírus. Estudos indicam que a grande maioria dos casos de Covid-19 são mais leves e poderiam ser atendidos nesse nível de atenção. A população pode buscar os serviços quando apresentar os sintomas iniciais do vírus, como febre baixa, tosse, dor de garganta e coriza. A partir do relato do paciente é que o médico decidirá sobre a necessidade de se fazer o teste para Covid-19. Atualmente, a recomendação das autoridades sanitárias é que sejam testados apenas os pacientes com sintomas respiratórios e que tenham tido contato com alguém infectado ou que tenham viajado para uma região onde há transmissão da doença. O exame só pode ser feito com solicitação médica. Ele é feito por hospitais públicos e privados e confirmado por laboratórios de referência espalhados pelo Brasil. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou que os planos de saúde deverão cobrir os testes realizados na rede privada.

Que instituições podem realizar os testes para Covid-19?

O teste é realizado após avaliação clínica do médico e a pedido dele. A pessoa deve procurar os postos de saúde mais próximos. Até a próxima semana, todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACENs) do país estarão aptos a realizar a testagem para o coronavírus, segundo o Ministério da Saúde. A capacitação dos laboratórios estaduais está sendo realizada pelo Laboratório de Vírus Respiratório e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), que atua como Centro de Referência Nacional em vírus respiratórios junto ao Ministério da Saúde e integra o esforço nacional de vigilância e monitoramento dos casos de coronavírus. Atualmente, além dos laboratórios de referência nacional para testagem do coronavírus, a Fiocruz, no Rio de Janeiro, o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, e o Instituto Evandro Chagas (IEC), no Pará, os laboratórios centrais de São Paulo, Pará, Goiás e o Rio Grande do Sul já foram capacitados e estão testando para a doença.

Existe tratamento para a doença?

Segundo a OMS, 80% das pessoas se recuperam sem tratamento especial. Não há uma medicação que elimine o vírus. Mas há tratamento para mitigar o avanço da doença e diminuir o desconforto.

Antibióticos ou vitamina D previnem ou curam o novo coronavírus?

Não. Antibióticos e vitamina D não atuam contra o vírus.

Voltei de uma viagem internacional e visitei um país com casos de coronavírus. O que preciso fazer?

Caso apresente sintomas, procure uma unidade de saúde e informe a situação para receber orientação médica. A recomendação do Ministério da Saúde é esperar pelo menos 14 dias para avaliar a evolução do quadro de saúde..■

Endometriose: o que é?

Dr. Jorge Eduardo Faria Rocha Costa e Prof.Dr. Renato Augusto Moreira de Sá, a convite dos professores Aderbal Sabrá e Selma Sabrá

Divulgação EBC

A endometriose é um problema comum que atinge mulheres quase exclusivamente no período reprodutivo e tem características genéticas. Raramente acontece nas mulheres em idade pós-menopausa. Trata-se de uma doença ginecológica, em que a camada interna do útero chamada endométrio, pode crescer em outras regiões do corpo humano, causando uma inflamação crônica. Esta doença é uma causa frequente de infertilidade. A localização do tecido endometrial fora do útero ocorre normalmente na região pélvica, isto é, na parte inferior do abdômen, podendo atingir intestinos, ovários, bexiga e peritônio (a membrana que reveste internamente toda a cavidade abdominal). Mas esta doença pode surgir também em outras partes do corpo sem ser na região pélvica, podendo atingir os pulmões, o cérebro, entre outros órgãos.

O principal sintoma da endometriose é a dor. Podem surgir dores intensas durante o período menstrual, ao que se chama de dismenorréia e dores no baixo ventre ou cólicas que podem ocorrer uma ou duas semanas antes da menstruação. Também dores abdominais ao urinar e evacuar, especialmente no período menstrual, dores nas relações sexuais com penetração dolorosa e distensão abdominal. Esta doença está relacionada com infertilidade. Quando a doença encontra-se fora do útero, os sintomas vão depender do órgão atingido. Por exemplo, no pulmão pode aparecer dor ao respirar (chamada de dor pleurítica) e tosse com expectoração de sangue; no cérebro pode ocorrer dor de cabeça (cefaleia) ou convulsões; lesões dolorosas em cicatrizes cirúrgicas com inchaço e sangramento local, também podem surgir. Mas parece que não existe relação entre os sintomas e o grau da doença.

O diagnóstico – Diante da suspeita de endometriose, deve-se procurar o médico para realizar o exame ginecológico. Este será o primeiro passo. O médico irá solicitar alguns exames complementares como ultrassom transvaginal. A ressonância magnética, exame mais dispendioso e que não é facilmente disponível na rede pública de saúde, também pode ser utilizado no diagnóstico. Entretanto o exame definitivo, invasivo, que irá confirmar a suspeita da doença se chama laparoscopia. Na laparoscopia o médico inspeciona diretamente a cavidade uterina ou abdominal e consegue visualizar os "implantes" de endométrio, confirmando a doença. Atualmente com a videolaparoscopia a extensão da doença dentro da cavidade abdominal pode ser detectada. Nos casos mais avançados da doença, deve-se investigar no sangue a presença de um marcador biológico chamado CA-125.

O Tratamento – A endometriose é doença que normalmente regride com o aparecimento da menopausa. Isto ocorre devido à queda na produção de hormônios femininos com o avançar da idade. O tratamento vai depender da idade da mulher, do desejo de engravidar, da gravidade dos sintomas, da extensão e da localização da doença. Existe a opção por tratamento clínico, com utilização de hormônios, que deverão interromper a menstruação.

Porém, é bom lembrar que há efeitos colaterais, como doenças tromboembólicas (tromboses). Nos quadros em que a endometriose é grave, pode apresentar obstrução intestinal, isto é, parada de eliminação de gases e fezes, além de sangramento pelo anus e pela bexiga. Estes casos demandam tratamento cirúrgico, normalmente por videolaparoscopia (operação abdominal realizada por meio de pequenas incisões).■

Pedro Bonelli

pedro.bonelli@ofluminense.com.br

Festa surpresa

O otorrinolaringologista Matheus Queiroz aniversariou e ganhou festa surpresa organizada pela família e amigos. A comemoração aconteceu no bar Veloso, na última quinta-feira, dia 12, no Leblon, bairro onde mora o homenageado.

Muito festejado

Uma legião de amigos passou por lá: Guilherme Peixoto, Tais Deperon, Bernardo Caputo, Gabriel Lobo, Marcela Pavan, João Renato Guimarães, Eduardo Jucá, Vitor Belmont, Carol Henriques, os atores Bruno Bevan, Bernardo Velasco, Ivan Mendes e Daniel Erthal, que também foram abraçar Matheus.

Parabéns duplo

Na meia-noite teve o segundo parabéns de Matheus, agora ao lado da amiga Fernanda Jones, que aniversariava na virada, no dia 13. Animação não faltou para festejar a dupla, que continuou a comemoração no dia seguinte, com o Pagode da Vitória, no Meat, também no Leblon.

Na Dona Coisa

A multimarcas Dona Coisa, no Jardim Botanico, fez na terça-feira seu clássico lançamento de coleções, dessa vez ainda mais movimentado. A abertura das lojas Annaka, com suas bijoux autorais e cheias de bossa, e de Andrea Muller, das desejadas sandálias e bolsas, lotou o segundo piso do espaço do início ao fim do evento, com muita gente bonita e antenada da moda.

Gran Giro

- Muda de idade hoje, o arquiteto Gabriel Santa Rita, um dos sócios à frente do escritório Timbó Arquitetura.
- Quem também completa mais um ano de vida é o coordenador de patrocínios da Golden Gal, Gabriel Vieira de Mello.

Fotos: Renato Wrobel / Divulgação

Algumas das presenças que passaram pelo badalado evento da multimarca Dona Coisa, no Jardim Botânico. Na primeira foto, ao alto, Carla Barros e Andrea Muller. Na foto 2, Aline Moniz, Renata Reis e Lara D'Avila. Acima, na foto 3, Roberta Damasceno, Patricia Secco, Lilia Cabral e Mila Moreira. E na foto 4, Nathalia Medeiro, Anna Karina Lins e Aninha Dias Zander.

Divulgação

Obra completa trilogia

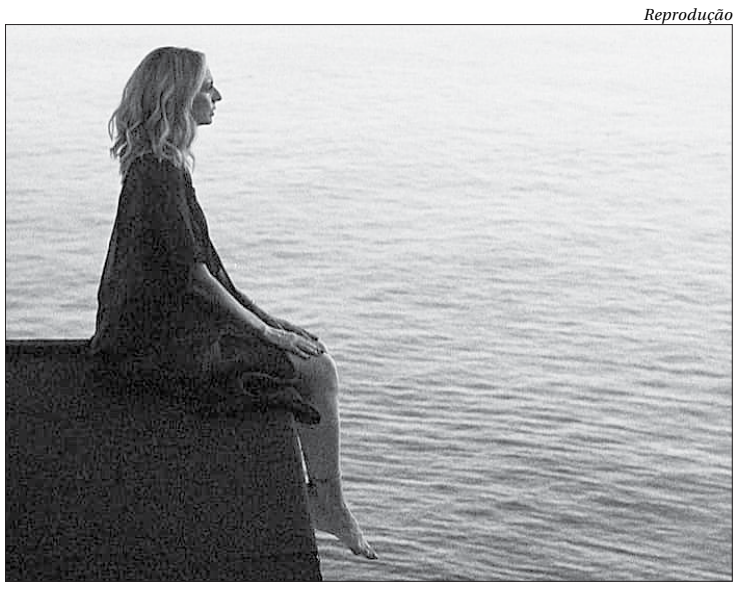
O terceiro livro dedicado ao Brasil da premiada escritora e jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho parte de uma provocação de Caetano Veloso. Ao elogiar, em ocasião do lançamento da edição brasileira do romance Deus-dará, em 2019, os livros anteriores da autora, o compositor baiano declarou: "falta Bahia". Alexandra concordou e resolveu mergulhar nas suas experiências em terras baianas para escrever 'Cinco voltas na Bahia e um beijo para Caetano Veloso' (Bazar do Tempo), uma combinação de ensaio, reportagem e crônica.■

Mais emotiva, Letrux lança segundo álbum

A cantora, compositora e poeta Letícia Novaes se deixou levar pela potência e pelos significados das diversas emoções que a atravessaram nos últimos três anos para compor as 13 músicas de "Letrux Aos Prantos", segundo álbum da carreira, que será lançado no Rio de Janeiro nos dias 7 e 8 de abril, no Teatro Claro. O disco que acaba de chagar as plataformas digitais, chega depois do sucesso do premiado "Letrux em Noite de Climão" (2017), estreia elogiada pela crítica e pelo público em todo o país.

"Letrux Aos Prantos" é uma ode à emoção. Suas canções foram inspiradas pela observação das reações muitas vezes superficiais e irônicas e cada vez mais comuns entre as pessoas: uma espécie de fuga do estado emotivo. É um convite para refletir sobre a importância de se aprofundar mais nos sentimentos, a partir do olhar de voyeur e de protagonista do cotidiano que a artista empresta à Letrux, a persona criada por ela.■

Reprodução



Participações especiais de Liniker e Lovefoxx pontuam o repertório de inéditas

Arte brasileira na Ásia

A artista plástica Fernanda Feher participa pela segunda vez da charmosa feira de arte, que além de grandes feiras tem um espaço dedicado a dar visibilidade a jovens artistas, a 3331 Art Fair, localizada em um edifício de cinco andares que recebe feira de arte alternativa que prevê o futuro da cena artística, criando novas entradas e relacionamentos com a arte contemporânea, que acontece de 18 a 22 de março, em Tóquio, na 3331 Arts Chiyoda.■

Single anuncia novo registro de Bebel

Após um hiato de 6 anos, o novo álbum de Bebel Gilberto, 'Agora', já tem data marcada, 1º de maio.

A artita revelou a capa do CD em seu Instagram, junto com a notícia de que o primeiro single 'Deixa' já estaria disponivel em todas as plataformas digitais.

Filha de João Gilberto e Miúcha, a cantora e compositora causou alvoroço entre os fãs e a mídia especializada com o deste que é o oitavo disco de sua carreira.

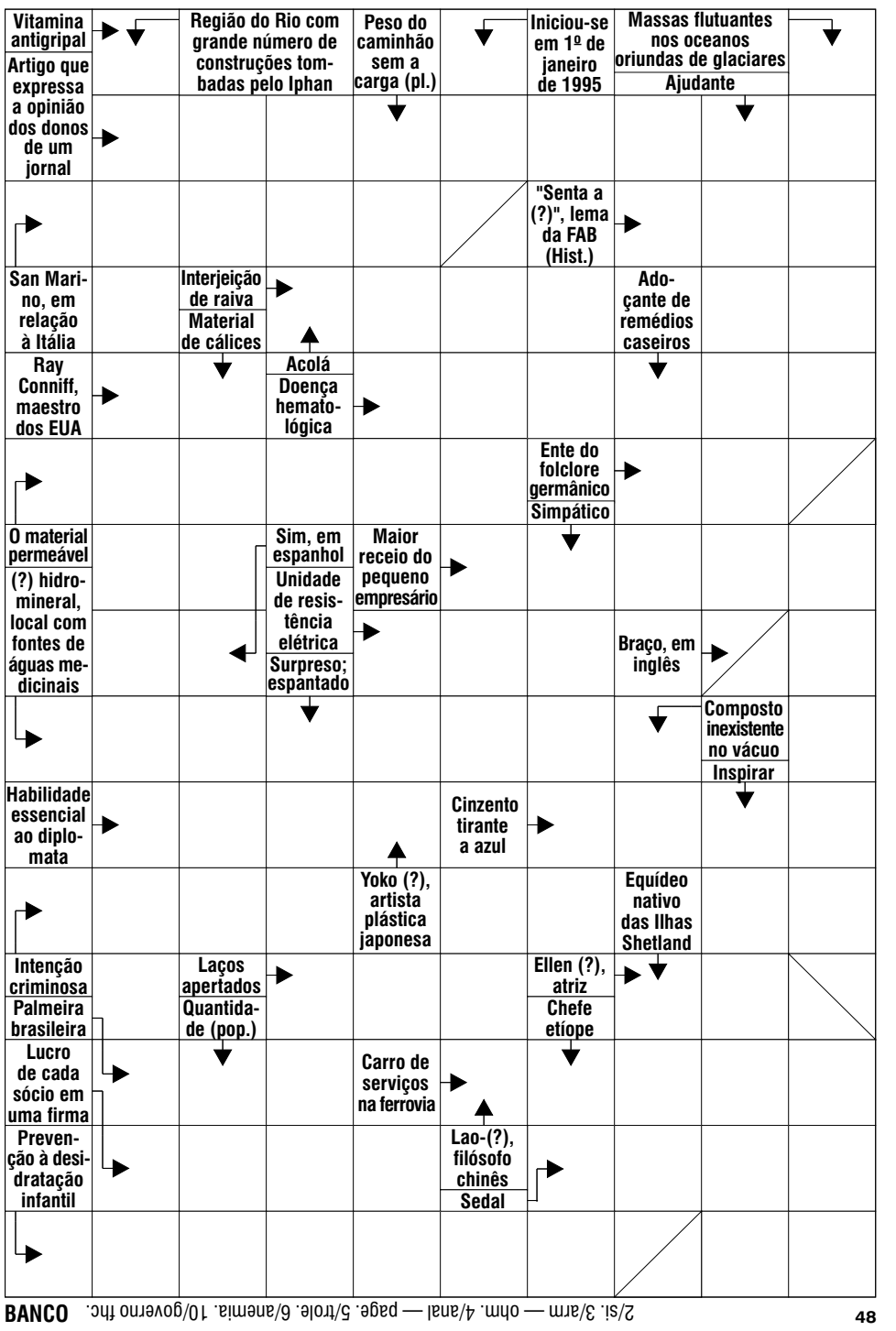
O novo trabalho possui onze faixas e foi produzido pela gravadora belga [PIAS] Recordings.■

Reprodução

Bebel Gilberto retorna aos estúdios após 6 anos sem lançamentos

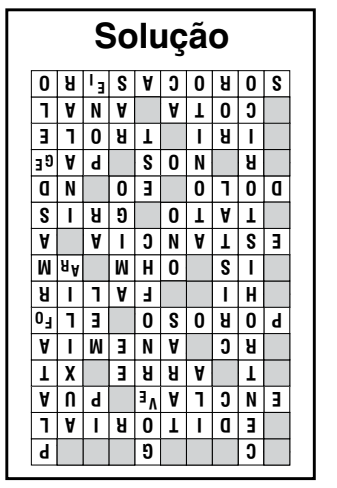
PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 2/si. 3/arm — ohm. 4/anal — page. 5/trole. 6/anemia. 10/governo ftc. 48

Solução



PRÓXIMOS JOGOS

Bangu Dom 15/03 - 16h - Engenhão
Paraná Qua 18/03 - 19h15 - Vila Capanema
Cabofriense Sáb 21/03 - 19h - Engenhão

Bangu Seg 23/03 - 20h30 - A definir
Boavista Qua 01/04 - 21h30 - Maracanã
Atlético-MG Dom 03/05 - 16h - Maracanã

Vasco Dom 15/03 - 18h - Maracanã
Figueirense Qui 19/03 - 21h30 - Maracanã
Volta Redonda Dom 22/03 - 16h - Maracanã

Fluminense Dom 15/03 - 18h - Maracanã
Goiás Qua 18/03 - 21h30 - Serra Dourada
Macaé Dom 22/03 - 19h - São Januário

Vasco e Fluminense duelam em busca da confiança

Sem a presença dos seus torcedores no Maracanã, equipes jogam neste domingo, às 18h, pela Taça Rio

Vasco e Fluminense fazem o clássico da terceira rodada da Taça Rio, segundo turno do Campeonato Brasileiro, neste domingo, às 18h, no Maracanã, no Rio de Janeiro. O choque é válido pelo Grupo B, que tem o Tricolor, que na jornada passada goleou o Resende por 4 a 0, liderando com seis pontos e cem por cento de aproveitamento. Vindo de um empate sem gols com o Volta Redonda, o Cruz-Maltino tem dois pontos e está fora da zona de classificação para as semifinais.

As duas equipes precisam ganhar para transmitir confiança aos seus torcedores. O Vasco perdeu em casa de 1 a 0 para o Goiás no meio de semana, pela Copa do Brasil, e segue fazendo uma temporada muito ruim. Com o elenco vivendo constantes atrasos salariais e se negando a falar com a imprensa, São Januário virou um caldeirão. O Fluminense, mesmo bem no Estadual, não consegue ser confiável em jogos decisivos. Na quarta-feira caiu por 1 a 0 para o Figueirense em Santa Catarina pela Copa do Brasil.

"O clássico contra o Vasco é importante pois queremos seguir com a melhor campanha no Campeonato Carioca. A derrota para o Figueirense ficou para trás e agora temos que olhar o Campeonato Estadual. É um jogo de rivalidade e temos que dar o nosso melhor em campo", disse o zagueiro Matheus Ferraz.

O técnico Odair Hellmann também entende a importância do clássico, mas sabe que a partida contra o Figueirense na próxima semana, pela rodada de volta da Copa do Brasil, é uma prioridade.

"É uma sequência de jogos pesada, mas sabemos que o clássico contra o Vasco é muito importante. Tenho me reunido sempre com a comissão técnica para adotarmos uma avaliação muito criteriosa em relação a escalar jogadores. Vamos precisar analisar bem esta situação. Vamos avaliar sim, pois sabemos que na semana que vem há esse jogo importante da Copa do Brasil", avisou o treinador.

Do lado Cruz-Maltino, a pressão sobre o técnico Abel Braga continua muito forte. Após a derrota para o Goiás, ele chegou a cogitar em pedir demissão. Comenta-se inclusive que ele o teria feito, mas foi convencido a permanecer pelo presidente Alexandre Campello. Abel estará mais uma vez na beira do gramado no clássico deste domingo.

Insatisfeito com o rendimento da equipe, Abel ameaçou fazer mudanças, mas não tem muitas opções.

Divulgação

Lucas Merçon / Fluminense

Abel Braga, do Vasco, e Odair Hellmann, do Fluminense, irão protagonizar uma disputa à parte na beira do gramado do Maracanã, neste domingo

> *Enquanto o Fluminense mira a liderança, o Vasco busca a primeira vitória na Taça Rio*

"Se tiver que mudar quatro ou cinco, eu não me importo. O Vasco tem que dar a resposta", disse o treinador.

Para Abel, o lado físico também está pesando.

"Meus quatro jogadores de trás jogaram sem ser substituídos. Tivemos um jogo bem pegado na quinta-feira contra o ABC. Fomos jogar com a mesma equipe, fisiologia deu certo alerta, e nós não seguimos. Botamos a equipe e não fomos bem. Jogamos quinta, temos clássico no domingo", lembrou Abel.

Em termos de escalação, o Fluminense tem problemas. O lateral-direito Gilberto, com uma lesão no músculo anterior da coxa esquerda, fica de fora. Igor Julião assume o posto. Seguem sendo desfalques os zagueiros Digão, também com lesão na coxa esquerda, e Frazan, que precisou fazer uma cirurgia no joelho direito. além do meia Miguel, com lesão na coxa direita.

Pelo regulamento da Taça Rio, os times se enfrentam em turno único dentro dos seus respectivos grupos. Ao fim, os dois primeiros colocados de cada chave avançam para as semifinais do segundo turno.■

Glorioso estreia Honda contra o Bangu sem torcida no Engenhão

Botafogo encara o Alvi-Rubro, neste domingo, às 16h, pela Taça Rio

Chegou a tão esperada hora. O Botafogo vai estrear a sua principal contratação para esta temporada, o meia japonês Keisuke Honda, neste domingo, quando o time recebe o Bangu no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro, pela terceira rodada da Taça Rio, segundo turno do Campeonato Carioca. No entanto, o confronto não terá a presença da torcida após determinação da CBF por conta da pandemia de coronavírus.

O Glorioso vem de uma derrota de 3 a 0 para o Flamengo e soma três pontos no Grupo A, precisando ganhar para não se complicar na luta por um lugar nas semifinais. Os banguenses, derrotados por 2 a 1 pelo Boavista na jornada passada, também aparecem com três pontos.

A derrota para o Flamengo ficou para trás porque no meio de semana o Botafogo derrotou o Paraná por 1 a 0 pela Copa do Brasil. Porém, o que mais gera expectativa é mesmo a estreia de Honda. O técnico Paulo Autuori espera que o jogador acrescente muito ao setor de criação.

"Sei a cabeça do Honda e do japonês em geral. Vai entrar um jogador com característica diferente. E que vai acrescentar muito no nosso jogo de criação, mais agudo. O Honda sempre joga para frente. Quando domina, já prepara o corpo para fazer essa bola entrar. E vamos precisar de movimento dos atacantes", disse Autuori.

Os jogadores alvinegros estão empolgados com a estreia do japonês.

"Nós estamos na expectativa de fazermos um grande jogo, pois precisamos ganhar para seguirmos na luta pela vaga nas semifinais", disse o artilheiro Pedro Raúl.

Em termos de escalação, a entrada de Honda será mesmo a grande novidade no time do Botafogo. Resta saber quem sai para a sua entrada. Luiz Fernando, que seria o escolhido, foi um dos melhores no triunfo sobre o Paraná. Com isso, Alex Santana pode ser o escolhido para ocupar um lugar no banco d reservas.

Pelo lado do Bangu, o técnico Eduardo Allax quer ver seu time com atitude.

"Nós precisamos jogar de igual para igual e nos comportar como nos comportamos em alguns grandes jogos que fizemos na temporada. O Botafogo é um grande time, mas podemos ganhá-lo. O que vai definir o resultado vai ser a atitude que mostrarmos em campo", disse Eduardo Allax.

A escalação do Bangu será definida minutos antes do confronto. Porém, a base que enfrentou o Boavista será mantida.

Pelo regulamento da Taça Rio, os times se enfrentam em turno único dentro dos seus respectivos grupos. Ao fim, os dois primeiros colocados de cada chave avançam para as semifinais do segundo turno.■

Vitor Silva / Botafogo

O japonês Honda terá a primeira oportunidade de mostrar seu futebol no Botafogo

Conmebol adia rodada e Fla ganha folga

A crise no esporte mundial acarretada pela pandemia do coronavírus chegou de vez à América do Sul. Na tarde desta quinta-feira, a Conmebol adiou a 3ª rodada da fase de grupos da Libertadores. Com a medida, o Flamengo ganha folga na semana que vem, já que não terá de viajar.

O Rubro-Negro tinha compromisso marcado para quinta-feira, em Quito, contra o Independiente Del Valle. O duelo no Equador, que ainda não tem data marcada, colocará frente à frente os dois líderes do grupo A. Com 100% de aproveitamento em duas rodadas, Fla e Independiente têm seis pontos na tabela, mas os equatorianos estão em vantagem com um melhor saldo de gols, 6 contra 4.

O adiamento vai alterar a programação do Flamengo. Para a partida deste sábado contra a Portuguesa, pela Taça Rio, Jorge Jesus sinalizava com o uso dos reservas. Entretanto, como o Rubro-Negro só terá outro compromisso na segunda-feira, 23 de março, o Mister pode repensar.

Certamente aumentam as chances de mais titulares estarem em campo no Maracanã. Jogadores que retornaram recentemente de lesões, como Rafinha e Bruno Henrique, devem ser poupados. O mesmo pode acontecer com Arrascaeta.

Por outro lado, Rodrigo Caio, que não entra em campo desde a primeira partida da final da Recopa, no dia 19 de fevereiro, pode retornar.■

Alexandre Vidal/Flamengo

O técnico Jorge Jesus terá mais tempo para trabalhar a equipe